



20
26

EDIÇÃO 004

B O L E T I M

AGROFAET



PRODUTOR QUE RETIFICA O CAR SÓ TEM A GANHAR

A Regularização Ambiental Rural é um conjunto de ações estabelecidas no Código Florestal para garantir equilíbrio ambiental e produtivo do imóvel rural. O primeiro passo é o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Em seguida, é preciso acompanhar sua análise pelo órgão estadual competente e realizar as retificações necessárias.

Para isso, o Sistema CNA vai te ajudar com o RetifiCAR.

Procure seu sindicato rural e saiba o que é preciso fazer para continuar tendo acesso a todos os benefícios que só o CAR retificado pode oferecer.

**Produtor que retifica o CAR
só tem a ganhar.**

BENEFÍCIOS:

- ✓ Acesso ao crédito rural com melhores condições de financiamento;
- ✓ Oportunidade para certificações ambientais;
- ✓ Acesso ao mercado de Cotas de Reserva Ambiental (CRA);
- ✓ Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

Produtor, procure o seu **sindicato rural**, ele vai te orientar a retificar o seu CAR e percorrer todas as etapas da **regularização ambiental**.

Para mais informações,
contate nossa equipe:

(63) 99208-2355  [agropassos.eng](https://www.instagram.com/agropassos.eng)
ambiental@agropassos.eng.br



FAET

Federação da Agricultura
e Pecuária – Tocantins

É com grande satisfação que apresentamos a quarta edição do AgroFAET, um boletim criado para aproximar ainda mais o produtor rural das ações desenvolvidas pela Federação da Agricultura e Pecuária do Tocantins.

Nesta edição, reunimos temas estratégicos que refletem o momento e os desafios do setor, com destaque para o mercado de trabalho, a evolução da balança comercial do Tocantins, a estrutura das exportações do agronegócio e o cenário nacional. Também trazemos análises importantes de cadeias produtivas como a bovinocultura de corte, além de conteúdos voltados à apicultura, piscicultura e avicultura.

Além dos dados e análises, o boletim apresenta um panorama das principais reuniões e ações realizadas nos últimos meses, reforçando o papel da FAET na representação dos produtores rurais nos espaços de decisão e na defesa de pautas fundamentais para o agro.

Acreditamos que informação de qualidade é uma ferramenta essencial para o fortalecimento do setor. Por isso, o AgroFAET nasce com o propósito de dar transparência à nossa atuação e levar conhecimento estratégico ao produtor, contribuindo para uma tomada de decisão mais segura e eficiente no campo.

Seguimos firmes no compromisso de representar, defender e fortalecer o agro tocantinense.

Boa leitura!

Paulo Carneiro

Presidente do Sistema FAET/SENAR



EXPEDIENTE

PRESIDENTE

PAULO CARNEIRO

1º VICE-PRESIDENTE

FREDERICO SODRÉ DOS SANTOS

2º VICE-PRESIDENTE

JOSÉ EDUARDO GUIMARÃES MOTA

TESOURARIA E SECRETARIA

EURÍPEDES MARTINS COSTA

DARCI DÁRIO DREWS

VANDERLEI SILVA

FRANCISCO CARLOS ASSI TOZZATTI

CONSELHO FISCAL

JACKSON SOUZA LIMA

VALDEMAR BATISTA NEPOMOCENO

OZENIRA MARQUES CALDEIRA

CLEITON MARINHO DE BRITO

MARCOS ANTONIO FEITOZA DA COSTA

SUPERINTENDENTE DA FAET

MILLER SANTANA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

CASSIANE DAL BEN FIALHO

CARLA CARIELLY MILHOMEM SILVA

RUTH MARIA DE JESUS

COORDENAÇÃO TÉCNICA

LUIZ CLÁUDIO FARIA

ASSESSORIA TÉCNICA

FABRIEL WANDERLEI

GABRIELA SILVA ARAÚJO

MARIA CLARA TEIXEIRA

RAQUEL MOURA

SUPERVISÃO EDITORIAL

ROGÉRIO SILVA

RENATA SANTANA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

JEAN DOURADO NAVA

CONTATOS DA ASSESSORIA TÉCNICA DA FAET

ENDEREÇO: ACNO 01, RUA NO 5, LOTE 38,
PLANO DIRETOR NORTE, PALMAS/TO

CEP: 77.001-020

EMAIL: COMISSOES@FAETRURAL.COM.BR

TELEFONE: (63) 3219-9242

sumário

MERCADO DE TRABALHO.....	6
Dados do CAGED – JANEIRO/26 – BRASIL e TOCANTINS.....	6
[CAGED] Brasil gerou 112.334 empregos formais em janeiro.....	6
[CAGED] Tocantins gerou 1.497 empregos formais em janeiro.....	6
Dados do CAGED – FEVEREIRO/26 – BRASIL e TOCANTINS	7
[CAGED] O Brasil gerou 255.321 empregos formais em fevereiro.....	7
[CAGED] Tocantins gerou 1.314 empregos formais em fevereiro.....	7
Dados do PNAD 4º Trimestre de 2025 - Brasil - Tocantins.....	8
Balança comercial	9
do Tocantins	9
1. Evolução da balança comercial do Tocantins (2024-2025)	9
2. Papel do agronegócio nas exportações (2025-2026 - prévia).....	9
3. Estrutura das exportações do agronegócio (Jan-Fev 2026 - prévia)	9
4. Destino das exportações do Tocantins (Jan-Fev 2026 - prévia).....	10
5. Municípios exportadores do Tocantins (Jan-Fev 2026 - prévia)	11
PANORAMA.....	13
Bovinocultura de corte.....	13
Apicultura	19
Bovinocultura de Leite.....	21
Piscicultura	22
Avicultura	25
Análise Técnica do Agronegócio no Tocantins – Safra 2025/2026	29
1. Indicadores Estatísticos de Crescimento e Posicionamento Nacional	29
2. Cronologia Climática e Resiliência do Sistema Produtivo.....	29
3. Dinâmica das Culturas Principais e Estrutura Produtiva.....	30
4. Sanidade Vegetal e Tratos Culturais Localizados	32
5. Rigor Sanitário e Vazio Sanitário.....	32
6. Interdependência Sistêmica: O Impacto da Soja no Milho Safrinha.....	33
7. Arroz Irrigado: Reconfiguração Estrutural e Especialização das Várzeas.....	33
8. Diversificação Produtiva: Sustentabilidade e Mercados de Destino.....	34
9. Acesso à Terra e Crédito Fundiário no Tocantins	36
10. O Tocantins na Rota da Europa: Desafios e a Promessa de um Salto Econômico.....	36



sumário

INFORME SETORIAL	38
2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Regulamentação da Lei de Bioinsumos.....	39
1ª Reunião Extraordinária do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC+ -TO (GGE ABC+ - TO).....	40
Reunião da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da CNA	40
4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de REDD+ (COEMA).....	41
144ª, 145ª e 146ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins - CDE-TO	42
29ª Reunião da Câmara Técnica Permanente de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – CTPFERH	45
199ª Reunião Ordinária da da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA	46
24ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Tocantins - CETER.....	46
Reunião do Comitê do fogo	47
Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura (CNA).....	48
Reunião do Grupo Gestor do Plano ABC+ no Tocantins.....	49
II Conferência Nacional do Trabalho.....	49
64ª e 65ª Reuniões Ordinárias da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/TO.....	50
Campanha Nacional de Promoção do Produto Orgânico (CPORG/CNPOrg).....	51
Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas (CNA)	51
Comissão Nacional de Meio Ambiente (CNA)	52
2ª reunião do Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Côco e Caiapós	53
200ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos - CTPAJ do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA	53
Oficina de atualização do PPCDIF/TO voltada ao setor produtivo.....	54
Reunião da Comissão Nacional de Equideocultura (CNA)	54
Reunião Ordinária da Câmara Setorial do Leite	55
Reunião sobre a APA Foz do Rio Santa Teresa	56
43ª reunião ordinária da Câmara Setorial da Piscicultura.....	57
FAET elabora relatório técnico para fortalecer defesa dos produtores rurais do Bico do Papagaio	58
Nota Técnica sobre Manual de Danos Ambientais do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.....	58



MERCADO DE TRABALHO

DADOS DO CAGED – JANEIRO/26 – BRASIL E TOCANTINS

[CAGED] BRASIL GEROU 112.334 EMPREGOS FORMAIS EM JANEIRO.

De acordo com o Novo Caged, o **Brasil** gerou **112.334 novos empregos** com carteira assinada em janeiro de 2026. O resultado decorre de 2.208.030 admissões e 2.095.696 desligamentos, representando uma variação relativa de 0,23% no estoque total de vínculos celetistas ativos, que chegou a **48.577.979 postos formais**. Nos últimos 12 meses, compreendidos entre fevereiro de 2025 e janeiro de 2026, o saldo positivo atingiu 1.228.483 vagas.

No **mês de janeiro**, os **setores que mais contribuíram para a geração de empregos** foram **indústria (+54.991)**, **construção (+50.545)**, **serviços (+40.525)** e **agropecuária (+23.073)**, enquanto o comércio apresentou saldo negativo de -56.800 postos. ([CAGED - JANEIRO/26](#))

[CAGED] TOCANTINS GEROU 1.497 EMPREGOS FORMAIS EM JANEIRO.

De acordo com o [Novo Caged](#), que apresenta os resultados dos dados de empregabilidade, podemos extrair os seguintes dados.

Nos últimos 12 meses, compreendidos entre janeiro de 2025 e janeiro de 2026, o saldo positivo atingiu saldo de **8.906 vagas**.

No cenário de **janeiro de 2026** o Tocantins registrou **1.497 novas vagas formais**, conforme dados do Caged. O número é resultado de **11.807 admissões** e

10.310 desligamentos, representando uma **variação relativa de 0,56%** sobre o estoque de vínculos celetistas no estado no mês de **janeiro**.

Entre os grandes grupamentos da economia tocantinense, o **setor de serviços** foi destaque, com **saldo positivo de 651 vagas**, seguido pelo setor de **construção (+395)**, **comércio (+289)**, **agropecuária (+139)** e o de **indústria (+23)**.

Em comparação com o mesmo período de **janeiro do ano de 2025** para o grupamento da atividade econômica de **agropecuária** no estado do **Tocantins** retorna saldo **positivo de (+256)** entre admissões e desligamentos. Neste cenário verifica-se que entre os **períodos de jan/25-jan/26** o saldo de empregabilidade do setor agropecuário foram positivos **(+633)**, com destaques para **produção de lavouras temporárias (+522)**, atividades de apoio à agricultura e à **pecuária (+156)** e **pecuária (+16)**, por último o segmento **produção de sementes e mudas certificadas** obteve retração de saldo em **(-41)**.

No **mesmo período jan/24-jan/25**, o saldo do **setor agropecuário** repete a mesma tendência com saldo de empregados celetistas ativos **(+91)**, com destaques para atividades de **produção de lavouras temporárias (+277)**, atividades de apoio à agricultura e à **pecuária (+88)** e **produção de sementes e mudas certificadas (+58)**, por último o segmento **pecuária** obteve saldo negativo de **(-364)**.

Saldo líquido de vagas em janeiro de 2026 no Tocantins por setor

Setores	Saldo	%
Serviços	651	44%
Construção	395	26%
Comércio	289	19%
Agropecuária	139	9%
Indústria	23	2%
Total	1.497	100%

Fonte: Novo Caged – MTE. Elaboração DTeco/FAET.

Para mais informações sobre os dados de empregabilidade, pode ser acessado o site do [Novo Caged](#).

DADOS DO CAGED – FEVEREIRO/26 – BRASIL E TOCANTINS

[CAGED] O BRASIL GEROU 255.321 EMPREGOS FORMAIS EM FEVEREIRO.

De acordo com o Novo Caged, o Brasil gerou **255.321 novos empregos** com carteira assinada em **fevereiro de 2026**. O resultado decorre de 2.381.767 admissões e 2.126.446 desligamentos, representando uma variação relativa de **0,52%** no estoque total de vínculos celetistas ativos, que chegou a **48.837.602 de postos formais**.

No **acumulado do ano (jan-fev/2026)**, o saldo positivo atingiu **+370.339 empregos (com ajuste)**, nesse período, os setores que mais contribuíram para a geração de empregos foram **serviços (+221.084)**, **indústria geral (+86.091)**, **construção (+81.637)**, **agropecuária (+31.930)** e **comércio (-50.395)**. ([CAGED - FEVEREIRO/26](#))

[CAGED] TOCANTINS GEROU 1.314 EMPREGOS FORMAIS EM FEVEREIRO.

De acordo com o [Novo Caged](#), que apresenta os resultados dos dados de empregabilidade, podemos extrair os seguintes dados.

No acumulado do ano (jan-fev/2025), o estado contabiliza **2.869 novos postos de trabalho**, saldo de **24.272 admissões** e **21.403 desligamentos**, com variação relativa para o período de **+1,08%**.

No cenário de **fevereiro de 2026** o Tocantins registrou saldo de **1.314 vagas formais**, conforme dados do Caged. O número é resultado de **12.269 admissões**

e **10.955 desligamentos**, representando uma **variação relativa de 0,49%** sobre o estoque de vínculos celetistas no estado no mês de **fevereiro**.

Entre os grandes grupamentos da economia tocantinense, o **setor de serviços** foi destaque, com **saldo positivo de 734 vagas**, seguido pela **Agropecuária (+401)**, **Indústria (+244)**, **Construção (+129)** e por outro lado, **Comércio com recuo (-194) postos**.

Em comparação com o mesmo período de **fevereiro do ano de 2025** para o grupamento da atividade econômica de **agropecuária** no estado do **Tocantins**, os dados trazem saldo **positivo de (+799)** entre admissões e desligamentos. Neste cenário verifica-se que entre os **períodos de jan-fev de 2025** o saldo de empregabilidade do setor agropecuário foram positivos **(+1.055)**, com destaques para **produção de lavouras temporárias (+690)**, **atividades de apoio à agricultura e à pecuária (+188)**, **produção de sementes e mudas certificadas (+79)** e o segmento da **pecuária** com saldo em **(+146)**.

No mesmo período **jan-fev de 2026**, o saldo do setor agropecuário repete a mesma tendência com saldo de empregados celetistas ativos **(+566)**, com destaques para **produção de lavouras temporárias (+437)**, **atividades de apoio à agricultura e à pecuária (+151)**, por outro lado houve retração no setor de **produção de sementes e mudas certificadas (-27)** e o segmento da **pecuária (-20)**.

Saldo líquido de vagas em fevereiro de 2026 no Tocantins por setor

Setores	Saldo	%
Serviços	734	55%
Agropecuária	401	31%
Indústria	244	19%
Construção	129	10%
Comércio	-194	-15%
Total	1.314	100%

Fonte: Novo Caged – MTE. Elaboração DTec/FAET.

Para mais informações sobre os dados de empregabilidade, pode ser acessado no site do [Novo Caged](#).

DADOS DO PNAD 4º TRIMESTRE DE 2025 - BRASIL - TOCANTINS

Com base na **PNAD Contínua do IBGE** para o **4º trimestre de 2025**, o **Tocantins** registrou taxa de **desocupação de 4,0%**, permanecendo **abaixo da média nacional**, que ficou em **5,1%**, e mantendo-se entre os estados com **menor desemprego do país**. Na **Região Norte**, o estado apresentou a **2ª menor taxa**, atrás apenas de **Rondônia**, com **2,6%**. ([IBGE - PNAD Contínua 4º trimestre/2025](#))

Ranking por Estado da Região Norte

Taxa de Desemprego

Menores Taxas

#	Norte	Taxa de Desemprego
1	Rondônia	2,6
2	Tocantins	4,0
3	Roraima	4,7
4	Pará	5,8
5	Acre	6,4
6	Amazonas	7,3
7	Amapá	8,4

Fonte: IBGE - PNAD Contínua 4º trimestre/2025



BALANÇA COMERCIAL DO TOCANTINS

1. EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL DO TOCANTINS (2024-2025)

A balança comercial do Tocantins apresentou crescimento no início de 2026 em comparação ao mesmo período de 2025. As exportações estaduais totalizaram US\$ 279,6 milhões no acumulado de janeiro e fevereiro de 2026, frente a US\$ 234,2 milhões no mesmo período de 2025, representando um avanço de 19,4%.

As importações, por sua vez, somaram US\$ 32,2 milhões em 2026, ante US\$ 21,4 milhões em 2025, crescimento expressivo

de 50,2% no período. Apesar do avanço mais acelerado das importações, o estado manteve saldo comercial positivo, atingindo US\$ 247,4 milhões em 2026, frente a US\$ 212,7 milhões no ano anterior, o que representa aumento de 16,3%.

O resultado indica manutenção da forte capacidade exportadora do estado, ao mesmo tempo em que sinaliza maior dinamismo econômico, refletido no crescimento das importações.

2. PAPEL DO AGRONEGÓCIO NAS EXPORTAÇÕES (2025-2026 - PRÉVIA)

O agronegócio manteve papel central na balança comercial do Tocantins no início de 2026. As exportações do setor totalizaram US\$ 224,8 milhões no acumulado de janeiro e fevereiro, frente a US\$ 201,8 milhões no mesmo período de 2025, representando crescimento de 11,4%.

As importações do agronegócio, por sua vez, somaram US\$ 771,4 mil em 2026, ante US\$ 2,3 milhões em 2025, registrando

queda expressiva de 67,1% no período.

A participação do agronegócio nas exportações estaduais permaneceu elevada, embora tenha apresentado leve recuo, passando de 86,2% em 2025 para 80,4% em 2026. Esse movimento indica a manutenção da forte dependência do setor na pauta exportadora, ao mesmo tempo em que sugere crescimento relativo de outros segmentos da economia estadual.

3. ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO (JAN-FEV 2026 - PRÉVIA)

A pauta exportadora do agronegócio tocantinense apresentou alteração na liderança no início de 2026. Diferentemente do padrão observado ao longo do ano, o setor de carnes assumiu a liderança nas exportações no período analisado, respondendo por aproxima-

damente 42,8% do valor exportado, com destaque para a carne bovina in natura, que somou US\$ 92,5 milhões.

O Complexo Soja (grão e farelo), tradicionalmente predominante na pauta exportadora, representou cerca de 23,1% das

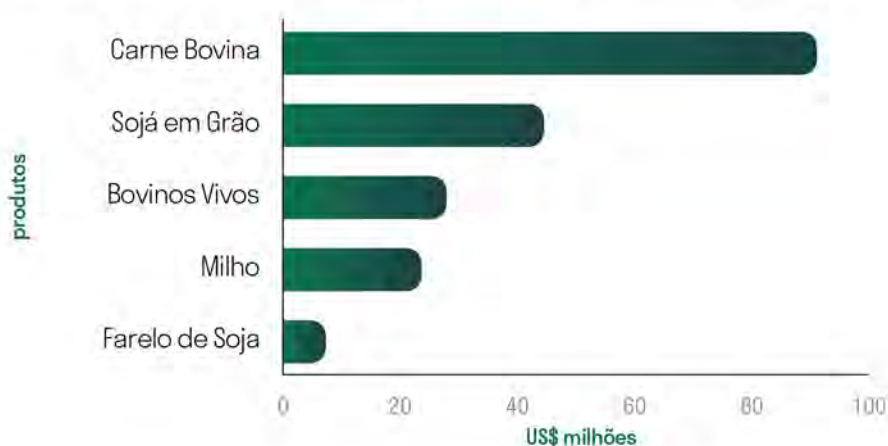
exportações, totalizando aproximadamente US\$ 51,9 milhões. Esse movimento indica redução relativa da participação da soja no total exportado, ainda que o produto permaneça como um dos principais itens da pauta.

Outros segmentos também apresentaram participação relevante, como a exportação de bovinos vivos (12,5%) e o milho (10,6%), além de produtos como feijão, algodão e derivados industriais de origem animal e vegetal.

Considerando que a colheita da safra 2024/2025 se inicia a partir de janeiro, é esperado que o volume de comerciali-

zação e exportação do grão ainda esteja em fase inicial no período analisado (jan-fev), com maior intensidade nos meses subsequentes. Por outro lado, a cadeia da pecuária apresenta fluxo de exportação mais contínuo ao longo do ano, o que contribui para sua maior participação no início do período. Dessa forma, os resultados refletem não apenas possíveis movimentos de diversificação da pauta exportadora, mas também efeitos sazonais associados ao ciclo produtivo das principais culturas.

PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS - TOCANTINS (JAN-FEV 2026)

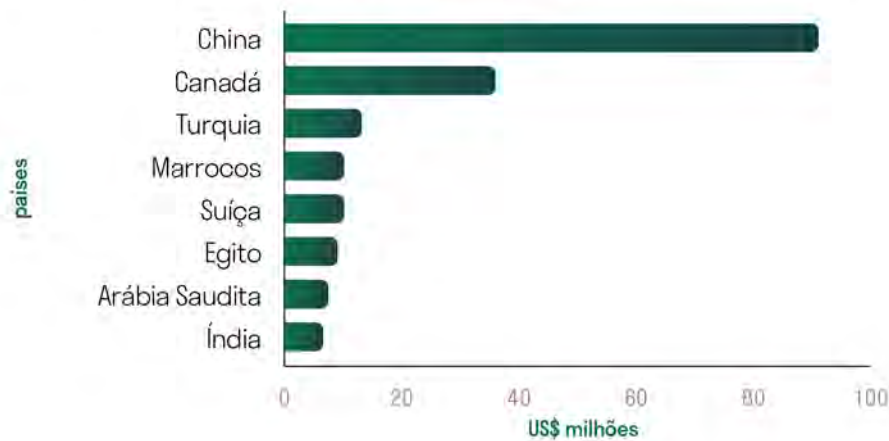


4. DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DO TOCANTINS (JAN-FEV 2026 - PRÉVIA)

No que se refere aos destinos das exportações, **considerando o total exportado pelo estado (incluindo produtos do agronegócio, mineração e demais setores)**, a China permaneceu como principal mercado comprador dos produtos tocantinenses no acumulado de janeiro e fevereiro de 2026, com US\$ 101,8 milhões, o equivalente a 36,4% do total exportado. Na sequência aparecem o Canadá, com 14,8%, a Turquia, com 5,8%, o Marrocos, com 4,7%, e a Suíça, com 4,3%. O Egito também se destacou, com participação semelhante (4,3%), seguido pela Arábia Saudita (3,4%) e pela Índia (3,1%).

O início de 2026 mostra manutenção da concentração em poucos mercados, mas com distribuição mais pulverizada do que a observada anteriormente, reduzindo o peso relativo da China e ampliando a presença de destinos ligados ao Oriente Médio, Norte da África e Ásia. Esse movimento reflete a composição geral da pauta exportadora do estado — que inclui não apenas o agronegócio, mas também outros setores relevantes — e sugere uma diversificação geográfica gradual, ainda que a dependência de um número reduzido de compradores permaneça elevada.

PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES - TOCANTINS (JAN-FEV 2026)



5. MUNICÍPIOS EXPORTADORES DO TOCANTINS (JAN-FEV 2026)

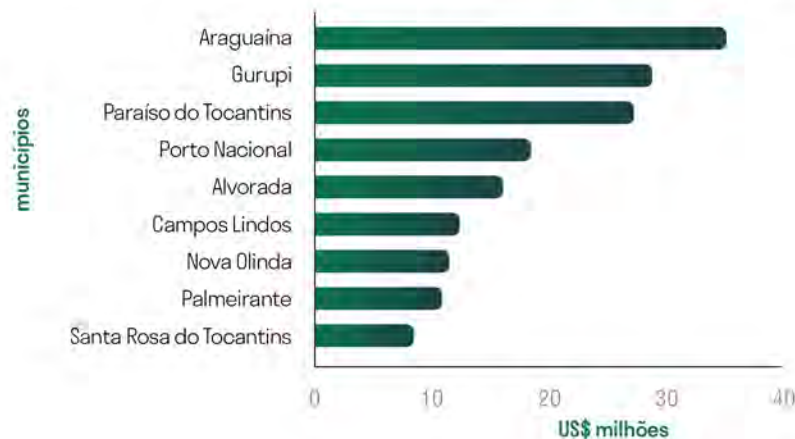
A análise da distribuição das exportações por município evidencia elevada concentração territorial no Tocantins. No acumulado de janeiro e fevereiro de 2026, o município de Almas liderou com folga, respondendo por 21,2% do total exportado, com US\$ 53,1 milhões.

Na sequência, destacam-se Araguaína (13,7%), Gurupi (11,3%) e Paraíso do Tocantins (10,7%), consolidando um grupo de municípios com forte participação na pauta exportadora estadual. Considerando os cinco principais municípios — incluindo Porto Nacional — a concentração alcança aproximadamente 64,5% das exportações totais, evidenciando dependência relevante de poucos polos produtivos.

A configuração observada reflete a estrutura econômica do estado, com forte presença da atividade agropecuária no interior, especialmente nas regiões sul e oeste, onde se concentram a produção de grãos e a pecuária. Municípios com papel logístico e comercial também ganham destaque, como Araguaína e Paraíso do Tocantins, atuando como importantes pontos de escoamento da produção.

Esse padrão confirma a interiorização da atividade exportadora no Tocantins, com protagonismo de municípios diretamente ligados à produção agropecuária, ao mesmo tempo em que revela uma concentração significativa que pode representar tanto eficiência logística quanto vulnerabilidade regional.

MUNICÍPIOS EXPORTADORES - TOCANTINS (JAN-FEV 2026)





Profissionais do Agro e da Saúde

Quem pode se credenciar?

O SENAR Tocantins busca profissionais qualificados e apaixonados pelo campo e pela saúde rural.



Engenheiro Agrônomo



Médico veterinário



Técnico em Ciências Agrárias



Enfermeiro



Zootecnista



Técnico de Enfermagem

Credencie-se agora
e faça parte do
time **SENAR Tocantins**.

ACESSE O LINK E
CREDENCIE-SE AGORA
bit.ly/SenarInstagram



SENAR
Tocantins



PANORAMA

AGRONEGÓCIO DO TOCANTINS



BOVINOCULTURA DE CORTE

GENÁRIO NACIONAL

A bovinocultura de corte brasileira consolidou, ao longo de 2025, sua posição como um dos motores fundamentais da economia nacional e um pilar da segurança alimentar global. Historicamente, o setor tem apresentado um crescimento médio de 4,7% ao ano nas últimas três décadas, superando o

avanço médio da economia brasileira de 2,2% no mesmo período. Em 2025, o Brasil atingiu um marco histórico ao se tornar o maior produtor de carne bovina do mundo, produzindo 12,3 milhões, superando os Estados Unidos pela primeira vez (SNA, 2025; USDA, 2025).

COMPARATIVO DE PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO (2024-2025)



Aumento de 20,9% no volume exportado e de 40,1% na receita cambial comparado a 2024. Fonte: ABIEC/USDA/SECEX.

A China permaneceu como o parceiro comercial mais relevante, absorvendo 48% de todo o volume exportado pelo Brasil. No entanto, houve avanços significativos em outros destinos, como ilustrado na tabela 1, de destinos globais, consolidada para 2025 (ABIEC, 2026).

Ranking	País de Destino	Volume (Mil Toneladas)	Receita (Bilhões US\$)	Varição Vol. vs 2024
1º	China	1680,00	8,90	22,80%
2º	Estados Unidos	271,80	1,64	18,30%
3º	Chile	136,30	0,75	29,80%
4º	União Europeia	128,90	1,06	132,80%
5º	Rússia	126,40	0,53	15,50%

Fonte: ABIEC, 2026

O primeiro trimestre de 2026 marcou uma transição nítida no ciclo pecuário brasileiro. Em janeiro de 2026, o abate oficial caiu 4,6% em relação ao mesmo mês de 2025, somando 2,3 milhões de cabeças. Mais significativo foi o recuo de 12,7% no abate de fêmeas na comparação anual, um sinal claro de que os pecuaristas iniciaram o processo de retenção de matrizes, motivados pela valorização dos bezerras e pela expectativa de preços mais altos para o boi gordo no futuro próximo. A produção de carne bovina no primeiro trimestre de 2026 foi ligeiramente inferior à de 2025 em volume físico, mas apresentou maior

valor agregado devido à alta nos preços internacionais e domésticos. (COMEX STAT, 2026; STONEX, 2026).

As exportações no primeiro trimestre de 2026 continuaram em trajetória ascendente, apesar das novas regras impostas pela China. Em janeiro, o Brasil exportou o recorde histórico para o mês de 258,94 mil toneladas, com a China respondendo por 119,63 mil toneladas (46,3% do total). Os Estados Unidos consolidaram-se como o segundo maior comprador, com um aumento de 92,7% na receita gerada pelas compras de carne in natura brasileira no início do ano (ABIEC, 2026).

Ranking	Destino de Exportação (Q1 2026)	Volume (mil toneladas)	Receita (milhões US\$)	Varição Receita (%)
1º	China	119,96	650,33	44,90%
2º	Estados Unidos	26,96	193,74	39,40%
3º	Chile	9,98	57,5	27,50%
4º	Egito	8,45	42,2	77,50%
5º	Emirados Árabes	7,38	38,8	171,90%

Fonte: ABIEC, 2026

O comportamento dos preços no primeiro trimestre de 2026 foi marcado por uma forte tendência de valorização nominal, aproximando-se das máximas históricas da pecuária brasileira. Em janeiro, os preços do boi gordo mantiveram-se estáveis, com viés de alta na segunda quinzena.

Data (CEPEA)	Valor (R\$/@)	Varição Mensal Acumulada
05/01/2026	321,15	0,45%
12/01/2026	318,5	-0,38%
19/01/2026	319,8	0,03%
26/01/2026	322,4	0,85%
30/01/2026	326	2,70%

Fonte: CEPEA, 2026

Fevereiro foi o mês de maior destaque para a arroba do boi gordo em 2026. O indicador CEPEA rompeu a barreira dos R\$ 340,00 e atingiu, no final do mês, a máxima histórica nominal, superando o recorde anterior registrado em novembro de 2024.

Data (CEPEA)	Valor (R\$/@)	Destaque de Mercado
04/02/2026	332,1	Início da escalada pós-janela de janeiro
11/02/2026	341,9	Rompimento da resistência de R\$ 340,00
18/02/2026	343,9	Subida acentuada: Alta de 5,20% no mês
25/02/2026	349,5	Pressão compradora nas praças paulistas
27/02/2026	353,2	Pico histórico: Maior valor nominal da história

Fonte: CEPEA, 2026. Elaboração própria

O mês de março apresentou maior volatilidade devido a preocupações logísticas globais e ao conflito no Oriente Médio, que geram cautela nos compradores internacionais na primeira semana. No entanto, a oferta escassa de animais terminados forçou uma recuperação nos preços na segunda metade do mês.

Data (CEPEA)	Valor (R\$/@)	Movimento de Preço
02/03/2026	348,5	Início do mês com correção técnica
09/03/2026	345,2	Retração: Cautela por incerteza externa
16/03/2026	347,8	Início da recuperação por oferta restrita
23/03/2026	351,1	Aumento: Demanda interna pós-quaresma
25/03/2026	354,7	Aumento: Novo suporte de alta

Fonte: CEPEA, 2026. Elaboração própria

A comparação entre os primeiros trimestres de 2025 e 2026 ilustra a transição entre o fundo do poço do ciclo pecuário anterior e o início do novo movimento altista. Enquanto em 2025 os preços ainda lutavam para encontrar suporte em meio a abates recordes, em 2026 a escassez de gado pronto ditou recordes nominais.

DINÂMICA DOS PREÇOS DA ARROBA BOVINA E VARIAÇÃO PERCENTUAL - COMPARATIVO 2025 E 2026



Fonte: CEPEA, 2026.

TOCANTINS

O ano de 2025 foi caracterizado por um desempenho excepcional na cadeia produtiva da carne bovina no Tocantins. No comércio exterior, o estado consolidou sua posição como um grande exportador, com a carne bovina representando a segunda maior pauta de vendas externas (COMEX STAT, 2025; SEAGRO, 2026). A tabela a seguir apresenta o consolidado dos indicadores de comércio e produção para o exercício de 2025.

Indicador	Valor 2025	Observação de Mercado
Produção de Carne (ton)	38.1000	33% destinado à exportação
Exportações (U\$ milhões)	643,1	Crescimento de 44,9%
Volume Exportado (ton)	125000	Incremento de 20,9% em volume

Fonte: ABIEC, 2025; MAPA, 2025. Elaboração própria

A análise dos preços revela uma volatilidade controlada na primeira metade do ano, seguida por uma tendência de valorização no segundo semestre, acompanhando a reversão gradual do ciclo pecuário. O estado apresenta distinções regionais importantes entre o Norte (com Araguaína como polo) e o Sul (região de Gurupi e Alvorada). Historicamente, o Norte tende a apresentar preços ligeiramente superiores devido à densidade de plantas frigoríficas e à proximidade logística com os portos maranhenses pela Ferrovia Norte-Sul (CEPEA, 2025).

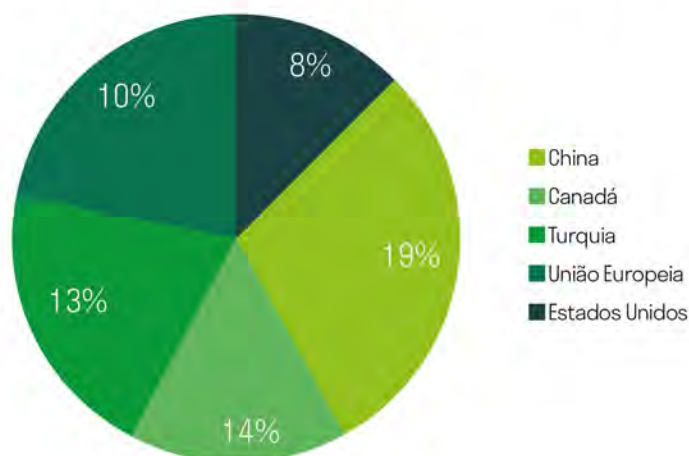
EVOLUÇÃO DE PREÇOS (R\$/@) AO LONGO DE 2025



Fonte: CEPEA, 2025

A exportação de carne bovina do Tocantins em 2025 não apenas cresceu em volume, mas também em diversificação de destinos. A China manteve-se como o principal comprador, absorvendo 48% do volume, no entanto, avanço para mercados como os Estados Unidos e a União Europeia demonstrou a capacidade da indústria local em processar cortes com maior valor agregado e atender a certificações socioambientais rigorosas.

PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA (%)



O primeiro trimestre de 2026 representou uma ruptura com o cenário de preços estáveis de 2025. O setor entrou definitivamente em uma fase de retenção de fêmeas, o que causou uma redução estrutural na oferta de animais prontos para o abate. Ao mesmo tempo, a demanda internacional atingiu níveis históricos, com o Tocantins registrando o melhor mês de janeiro de toda a sua série comercial, faturando US\$119,5 milhões no total exportado, sendo US\$37,3 milhões apenas no segmento de carnes (COMEX STAT, 2026).

Um destaque singular deste período foi a exportação recorde de animais vivos (gado em pé). Pela primeira vez na história, em um mês de janeiro, o estado exportou 9.368 cabeças de gado para a Turquia, gerando uma receita imediata de US\$14,8 milhões. Esse volume representou 21% de todo o total de gado vivo exportado pelo Tocantins durante todo o ano de 2025, sinalizando uma nova e lucrativa fronteira comercial (COMEX STAT, 2026; SCOT CONSULTORIA, 2026).

Indicador	Janeiro 2026	Fevereiro 2026	Março 2026	Acumulado
Exportação Carne (US\$ Mi)	37,39	39,2	38,45	115,04
Volume Carne (Mil Tons)	7,6	8,1	7,95	23,65
Exportação Gado Vivo (US\$ Mi)	14,85	18,5	17,2	50,55

Fonte: COMEX STAT, 2026

A comparação entre os primeiros trimestres de 2025 e 2026 evidencia o vigor do setor. O crescimento financeiro das exportações de carne bovina no período superou 29%, impulsionado não apenas pelo volume enviado, mas pela valorização da arroba no mercado internacional e pelo câmbio favorável aos exportadores (ABIEC, 2025; COMEX STAT, 2026)

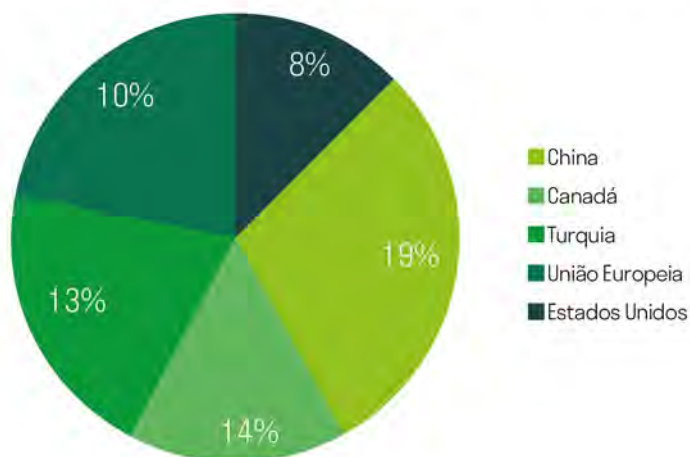
AVANÇO DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE NO 1º TRIMESTRE DE 2026: CRESCIMENTO EM VALOR E VOLUME FRENTE A 2025



Fonte: ABIEG, 2025; COMEX STAT, 2026

Em 2026, a China continuou liderando as compras de carne bovina tocantinense, mas novos players ganharam relevância, como o Canadá e a Turquia, esta última consolidando-se como o principal destino do gado vivo (COMEX STAT, 2026).

DISTRIBUIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE CARNE POR PAÍS DE DESTINO E CATEGORIA DE PRODUTO



A análise de preços no primeiro trimestre de 2026 revela o impacto da escassez de oferta. Enquanto em 2025 os preços mostravam estabilidade ou leve queda devido ao descarte de fêmeas, em 2026 a curva é de ascensão contínua, com a arroba renovando máximas nominais históricas e aproximando-se do patamar de R\$ 355,00 no final de março.

MÊS	JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO	
ANO	2025	2026	2025	2026	2025	2026
Preço início do mês (R\$)	282,00	305,00	285,00	315,00	280,00	327,00
Preço meio do mês (R\$)	285,50	312,00	283,00	322,00	287,00	342,00
Preço fim do mês (R\$)	288,00	318,50	280,00	333,00	292,00	354,70
Variação % no mês	2%	4%	-2%	6%	4%	8%
Variação % 2025-2026	9%		14%		21%	

Fonte: CEPEA, 2026

Ao longo do primeiro trimestre, observa-se valorização progressiva da arroba na comparação entre 2025 e 2026. Em janeiro, a alta moderada reflete início de restrição de oferta, com retenção de fêmeas. Em fevereiro, o avanço mais intenso indica mercado mais ajustado, com menor disponibilidade de animais e exportações aquecidas. Em março, a valorização expressiva evidencia escassez de boi pronto e maior competição entre indústrias. O conjunto do período confirma a transição para um

ciclo pecuário de alta, com tendência de valorização dos preços.

O panorama traçado para a bovinocultura do Tocantins entre 2025 e o início de 2026 indica que o estado atravessa sua fase de maior maturidade econômica no setor pecuário. A transição do ciclo, que agora favorece o produtor com preços recordes, exige cautela na gestão dos custos de reposição, visto que o preço do bezerro acompanha a alta do boi gordo.

REFERÊNCIAS:

sna.agr.br, www.fas.usda.gov, abiec.com.br/brasil, abiec.com.br/exportacoes, comexstat.mdic.gov.br, cepea.org.br, www.to.gov.br.



APICULTURA

cenário Nacional

A apicultura no Brasil tem experimentado transformações profundas que a reposicionam não apenas como uma atividade complementar da agricultura familiar, mas como um setor estratégico para a pauta de exportações e para a preservação ambiental. A estrutura social que sustenta a apicultura no Brasil é essencialmente composta por pequenos produtores e agricultores familiares.

O mercado internacional de mel brasileiro em 2025 foi caracterizado por uma montanha-russa de expectativas, receitas recordes e crises de escoamento severas. Historicamente, o setor exportador do Brasil opera sob uma perigosa dependência das compras efetuadas pelos Estados Unidos (ABEMEL, 2025).

O mercado norte-americano absorve, em anos regulares, cerca de 75% a 80% de todo o mel in natura que o Brasil envia para o exterior. Outros mercados, como o Canadá e as nações da União Europeia, dividem o percentual remanescente, revelando uma forte concentração de risco comercial em um único parceiro internacional (COMEX STAT, 2025).

Segundo dados da COMEX STAT e da ABEMEL, no balanço consolidado das exportações em 2025, o Brasil embarcou um total de 34.468 toneladas de mel in natura. Esse volume representou uma redução de 9,1% em comparação às 37.931 toneladas registradas no ano de 2024. Apesar dessa retração no volume físico das vendas, a receita total gerada pelas exportações apresentou um crescimento vigoroso de 15,8%, atingindo a cifra de US\$ 116,47 milhões. O fator determinante para esse descolamento entre volume e faturamento foi a expressiva valorização do produto no mercado internacional durante a primeira metade do ano, impulsionada por uma quebra de safra global e pela alta demanda por produtos de origem confiável, o que elevou o preço médio nacional da tonelada de mel em 27,5%, atingindo US\$ 3.379,13.

As estatísticas de comércio exterior consolidadas pelo sistema Agrostat Brasil para os primeiros meses de 2026 refletem de maneira nítida o impacto tardio causado pelas tensões comerciais e pelas barreiras tarifárias estabelecidas no final do ano anterior.

Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2026, o Brasil exportou um total de 3.210

toneladas de mel in natura. Esse montante físico representou uma expressiva queda de 40% em relação às 5.347 toneladas despachadas para o exterior no primeiro bimestre do ano de 2025. Essa redução no volume de embarques impactou diretamente o faturamento financeiro das tradings e cooperativas. A receita cambial gerada no primeiro bimestre de 2026 totalizou US\$ 11,204 milhões, um recuo de 32,1% frente aos US\$ 16,512 milhões aferidos no mesmo intervalo do ano anterior (ABEMEL, 2025).

A grande reversão de expectativas para os meses subsequentes de 2026 fundamenta-se na alteração das políticas de comércio exterior dos Estados Unidos. Informações setoriais veiculadas por entidades que congregam as empresas exportadoras brasileiras indicam que a pesada tarifa de 50% foi suspensa, permitindo que o mel brasileiro retorne a competir em condições de maior equilíbrio no mercado internacional (MDIC, 2025).

TOCANTINS

Durante o ano de 2025, a apicultura no Tocantins buscou consolidar os ganhos obtidos a partir do plano de expansão setorial operado pela Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços. A estimativa de produção anual para o estado estabilizou-se em torno de 250 toneladas de mel, volume sustentado por mais de mil apicultores ativos, segundo dados do Governo do Tocantins.

REFERÊNCIAS

www.brazilltsbee.com.br, comexstat.mdic.gov.br, www.brazilltsbee.com.br, www.to.gov.br.



BOVINOCULTURA DE LEITE

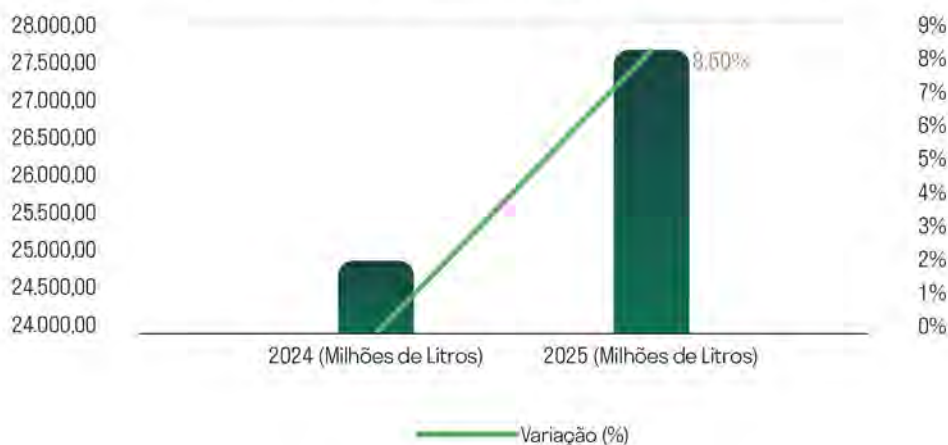
GENÁRIO NACIONAL

O setor lácteo brasileiro atravessa um período de reconfiguração produtiva e econômica sem precedentes. A transição entre o ano de 2025, marcado por recordes históricos de captação e uma severa crise de rentabilidade no último trimestre, e o primeiro trimestre de 2026, que ensaia uma recuperação sob o signo da cautela, revela a complexidade de uma cadeia que lida com volatilidade climática,

pressões de importação e uma acelerada consolidação tecnológica.

O ano de 2025 consolidou-se como o mais produtivo da história da pecuária leiteira no Brasil. De acordo com os dados consolidados pela Pesquisa Trimestral do Leite do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

DINÂMICA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL (2024-2025)



Fonte: IBGE, 2026

Apesar do recorde produtivo, a sustentabilidade financeira do produtor foi posta à prova ao longo de 2025. De acordo com dados do CEPEA/CILEITE, o preço médio do leite pago ao produtor foi de R\$ 2,56/L, representando uma queda nominal de 1,9% em relação à média de 2024 (R\$ 2,61/L). Contudo, a análise pontual do quarto trimestre evidencia um cenário mais adverso: em dezembro de 2025, o preço médio recuou para R\$ 1,99/L, configurando uma queda real de 22,6% em doze meses.

O comércio exterior de lácteos em 2025 foi marcado por um déficit estrutural de aproximadamente 2 bilhões de litros equivalentes. Embora as importações tenham registrado uma queda de 6,1% no acumulado do ano, totalizando cerca de 250 mil toneladas, o volume permaneceu elevado o suficiente para saturar o mercado interno e impedir a recuperação dos preços nacionais (COMEX STAT, 2025).

TOCANTINS

No contexto do Tocantins, o desempenho da captação industrial — que reflete o volume de leite efetivamente processado por laticínios registrados — apresentou oscilações significativas. No primeiro trimestre de 2025, o estado registrou a captação de 44,11 milhões de litros de leite cru. Este volume representou uma queda de 5,7% em comparação ao mesmo período de 2024, quando haviam sido captados 46,78 milhões de litros. O estado encerrou o primeiro trimestre de 2025 como o 14º maior captador de leite do Brasil e o 2º maior da Região Norte, ficando atrás apenas de Rondônia (IBGE, 2025).

Região/Indicador	Preço Nominal (R\$/L)	Varição Real Anual (%)
Média Brasil (CEPEA)	1,9966	-25,79%
Tocantins (SIMA/Conab)	1,8	-
Preço Médio Anual (BR)	2,5617	-6,80%

Fonte: CEPEA, 2025; IBGE, 2025

O início de 2026 trouxe sinais moderados de recuperação, embora a cadeia produtiva ainda carregava o fardo dos excedentes de 2025. A produção nacional projetada para o início do ano continuava em patamares elevados, com um crescimento médio de 7,2% em 2025, influenciando a oferta de 2026.

Em janeiro de 2026, a Média Brasil de preços pagos ao produtor registrou uma

leve alta de 0,9%, atingindo R\$ 2,0216 por litro, marcando o fim de um ciclo de nove meses de quedas sucessivas. No Tocantins, a cotação manteve-se inicialmente estável no patamar de R\$ 1,80, mas com um viés de alta gradual projetado para os meses de fevereiro e março.

REFERÊNCIAS

www.cileite.com.br, www.ibge.gov.br.



PISCICULTURA

cenário Nacional

O setor da piscicultura brasileira consolidou, no ano de 2025 e início de 2026, uma transformação estrutural que o posiciona definitivamente entre os grandes protagonistas do agronegócio global. A superação da barreira histórica de um milhão

de toneladas produzidas não representa apenas um marco quantitativo, mas a culminação de uma década de investimentos em genética, infraestrutura industrial e profissionalização da cadeia de suprimentos.

A piscicultura brasileira atingiu em 2025 a marca inédita de 1.011.540 toneladas de peixes de cultivo, registrando um crescimento de 4,41% em relação ao ano anterior. Esse resultado é o ápice de dez anos de expansão contínua, período no qual a atividade cresceu 58,6%. O amadurecimento da cadeia produtiva permitiu que o Brasil ingresasse no grupo de apenas seis nações mundiais com produção aquícola superior a sete dígitos, reafirmando sua liderança nas Américas (PEIXE BR, 2026).

PRODUÇÃO AQUÍCOLA BRASILEIRA POR ESPÉCIE E VARIAÇÃO ANUAL (2024-2025)



Fonte: Peixe BR, 2026

O consumo de peixes no Brasil registrou forte crescimento em 2025, impulsionado pela alta nos preços das proteínas tradicionais, como a carne bovina. Dados da Scanntech (2025) indicam que o volume de pescado vendido no varejo avançou 8,2% entre janeiro e setembro de 2025.

Um fenômeno relevante observado foi a dessazonalização: o consumo deixou de ser restrito à Quaresma e Páscoa, mantendo volumes elevados em meses como janeiro, julho e agosto. A tilápia foi a protagonista desse avanço, com crescimento de 32,9% no volume de vendas,

favorecida por uma redução de 8,4% no preço médio ao consumidor no período. Atualmente, o consumo per capita no Brasil é de 11 kg/ano, valor ainda inferior à média mundial de 20 kg/ano, sinalizando espaço para expansão contínua (FAO, 2025; CEPEA, 2025; SCANNTech, 2025; ; PEIXE BR, 2026).

O primeiro trimestre de 2026 manteve a trajetória de expansão da tilapicultura. O ranking de produção estadual permanece liderado pelo Paraná, que consolidou seu modelo de integração com cooperativas.

Posição	Estado	Produção Total (t)	Espécie Principal
1º	Paraná	273.100	Tilápia
2º	São Paulo	93.700	Tilápia
3º	Minas Gerais	77.500	Tilápia
4º	Santa Catarina	63.400	Tilápia
5º	Maranhão	59.600	Peixes Nativos

Fonte: Peixe BR, 2026

O desempenho das exportações no início de 2026 foi marcado pela busca de novos mercados frente ao “tarifaço” dos Estados Unidos. A tilápia manteve-se como a espécie hegemônica nas exportações, representando aproximadamente 92% do volume enviado ao exterior (COMEX STAT, 2026).

Posição	Estado	Participação no Faturamento
1º	Paraná	50%
2º	São Paulo	29%
3º	Mato Grosso do Sul	19%

Fonte: COMEX STAT, 2026

Apesar do recorde produtivo, o setor passou por ajustes técnicos na base da pirâmide. O aumento expressivo do alojamento de alevinos em 2023 gerou uma oferta superior à demanda em 2024, o que resultou em preços baixos e uma postura mais cautelosa dos produtores em 2025 (PEIXE BR, 2024; EMBRAPA, 2025).

Os preços das espécies cultivadas apresentaram alta no primeiro trimestre de 2026, com o Indicador CEPEA/Peixe BR registrando média nacional de R\$ 9,87/kg para a tilápia em março.

Espécie/Região	Janeiro 2026	Fevereiro 2026	Março 2026
Tilápia (Grandes Lagos)	R\$ 9,43	R\$ 9,63	R\$ 10,00
Tilápia (Oeste do PR)	R\$ 8,69	R\$ 8,85	R\$ 8,92
Tilápia (Norte do PR)	R\$ 10,22	R\$ 10,35	R\$ 10,44

Fonte: CEPEA/PEIXE BR, 2026;

TOCANTINS

O ano de 2025 representou um salto qualitativo e quantitativo para a piscicultura do Tocantins. De acordo com os dados consolidados pelo Anuário Brasileiro da Piscicultura 2026, publicado pela Associação Brasileira da Piscicultura (Peixe BR), o estado alcançou a marca de 20.400 toneladas de peixes de cultivo. Este volume não apenas demonstra a vitalidade do setor local, mas também posiciona o estado como um dos protagonistas em termos de evolução produtiva no território nacional, registrando um

crescimento de 12,7% em comparação com o ano de 2024.

A composição dessa produção revela uma característica distintiva do Tocantins: o predomínio absoluto das espécies nativas, que respondem pela maior parte do volume de pescado. Enquanto o cenário nacional é amplamente dominado pela tilápia, que representa cerca de 70% da produção brasileira, o Tocantins mantém uma matriz produtiva voltada para a biodiversidade regional.

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AQUÍCOLA PRO GRUPO DE ESPÉCIES (%)



Fonte: Peixe BR, 2026;

Dentro do segmento de peixes nativos, o Tambaqui (*Colossoma macropomum*) permanece como a espécie mais produzida e comercializada, detendo aproximadamente 48% da preferência dos produtores e consumidores, conforme dados do Governo do Estado.

O desempenho do Tocantins em 2025 garantiu ao estado a 4ª posição no ranking nacional de evolução produtiva, considerando o crescimento percentual do volume produzido entre as unidades da federação. O diferencial tocantinense reside no ritmo de crescimento e no potencial hídrico ainda subutilizado. Enquanto o Brasil como um todo cresceu 4,41% em 2025, o Tocantins avançou a uma taxa quase três vezes superior, evidenciando um ambiente de negócios altamente receptivo à atividade aquícola (PEIXE BR, 2025).

POLÍTICAS PÚBLICAS E INCENTIVOS FISCAIS

Entre as medidas de maior impacto, destaca-se a isenção de ICMS para diversas espécies de pescado, o que reduziu significativamente o preço final do produto e aumentou a competitividade do piscicultor tocantinense frente ao peixe importado de outros estados.

Além disso, a implementação de resoluções do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), especificamente os Convênios ICMS 76/98 e 25/18, permitiu uma redução de 60% na base de cálculo do imposto sobre a comercialização de alevinos.



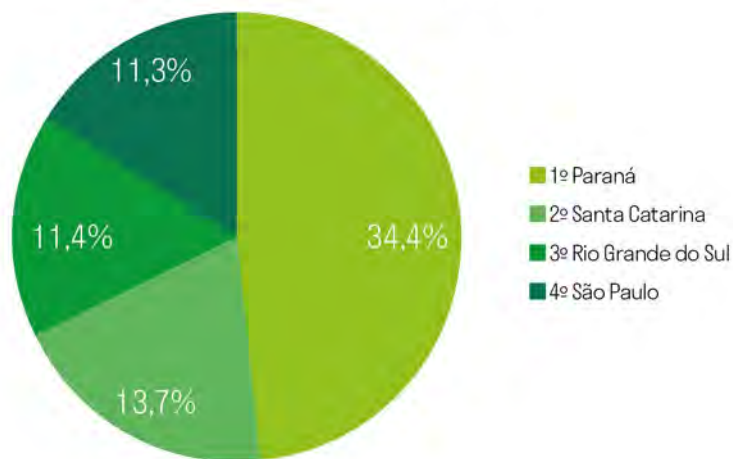
AVICULTURA

GENÁRIO NACIONAL

O ano de 2025 foi marcado pela quebra sucessiva de recordes de produção no Brasil. De acordo com dados oficiais compilados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o país abateu 6,69 bilhões de cabeças de frango ao longo do ano, o que representou um incremento de 3,1% em relação ao volume registrado no ano anterior. Esse crescimento não foi um fenômeno isolado, mas sim o resul-

tado de uma expansão generalizada da capacidade produtiva, uma vez que 23 das 26 unidades federativas que participaram da pesquisa registraram aumento em suas operações de abate. A produção física estimada atingiu a marca de 14,3 milhões de toneladas de carne de frango, registrando um avanço anual expressivo frente a 2024 e consolidando a liderança global do país.

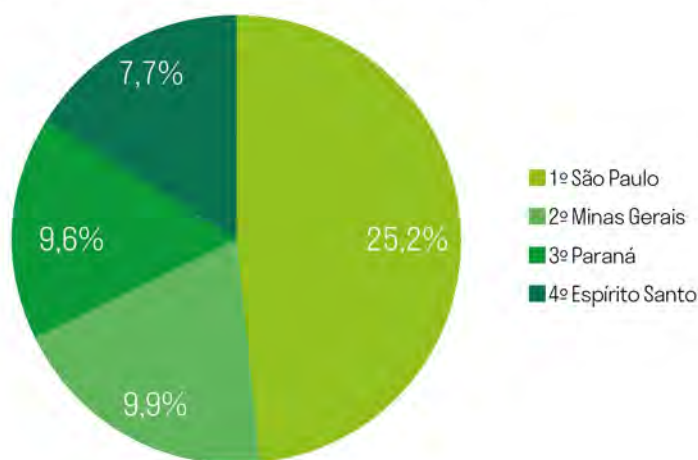
PARTICIPAÇÃO NO ABATE NACIONAL (%)



Fonte: IBGE, 2025

No segmento de ovos de galinha, a produção nacional também atingiu patamares históricos em 2025, totalizando 4,95 bilhões de dúzias. Esse volume representou um avanço de 5,7% frente ao ano anterior e deu continuidade a uma série histórica de crescimento ininterrupto que já se estende por quase três décadas (IBGE, 2025).

PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO NACIONAL - OVOS (%)



Fonte: IBGE, 2025

Segundo dados consolidados pela Associação Brasileira de Proteína Animal, as exportações de carne de frango atingiram o recorde de 5,324 milhões de toneladas em 2025, superando em 0,6% o volume registrado em 2024. Apesar do aumento volumétrico, a receita cambial gerada apresentou uma redução marginal de 1,4%, totalizando 9,790 bilhões de dólares. Essa divergência entre volume e faturamento decorreu da queda nos preços médios internacionais da tonelada de carne de frango, influenciada por uma maior oferta global e pela recomposição de plantéis em outros países produtores

que haviam sofrido baixas sanitárias no ciclo anterior.

No mercado de ovos, a dinâmica de exportação foi ainda mais surpreendente. O Brasil embarcou 40.894 toneladas de ovos e produtos processados em 2025, volume que representou mais do que o dobro das 18.469 toneladas registradas no ano anterior. O faturamento saltou expressivos 147,5%, atingindo a marca de 97,24 milhões de dólares. Esse desempenho fez com que as exportações de ovos superassem, pela primeira vez em mais de uma década, o equivalente a 1% de toda

a produção nacional, sem comprometer a estabilidade do abastecimento doméstico, que absorveu cerca de 99% do total produzido (COMEX STAT, 2025).

COMPARATIVO ENTRE EXPORTAÇÕES DE OVOS E CARNE DE FRANGO EM 2025 E 2024



Fonte: COMEX STAT, 2025

A análise dos destinos dessas exportações em 2025 revela comportamentos mercadológicos distintos e altamente dinâmicos.

Destino	Volume (Mil Toneladas)	Participação (%)
Emirados Árabes Unidos	479,9	9,01%
Japão	402,9	7,57%
Arábia Saudita	397,2	7,46%
África do Sul	336	6,31%
Filipinas	264,2	4,96%

Fonte: COMEX STAT, 2025

No segmento de ovos, a distribuição geográfica das exportações em 2025 foi amplamente dominada pela demanda extraordinária dos Estados Unidos.

Destino	Volume (Toneladas)	Participação (%)
Estados Unidos	19.597	47,92%
Japão	5.375	13,14%
Chile	4.124	10,08%
México	3.195	7,81%
Emirados Árabes Unidos	3.097	7,57%

Fonte: COMEX STAT, 2025

As exportações de carne de frango registraram recordes para os respectivos períodos em janeiro e fevereiro de 2026. Em janeiro, os embarques somaram 459 mil toneladas, uma alta de 3,6% sobre igual mês de 2025. Em fevereiro, o volume atingiu 493,2 mil toneladas, representando o melhor resultado histórico para meses de fevereiro

e um avanço de 5,3% na comparação interanual. Em termos de faturamento, o primeiro bimestre gerou 1,819 bilhão de dólares.

Declarações da Associação Brasileira de Proteína Animal indicaram que, nos primeiros 15 dias do mês, o país manteve

um ritmo médio de embarque diário de 24 mil toneladas de carne de frango.

No segmento de ovos, os dados do primeiro bimestre de 2026 também apontam para uma evolução positiva e para a sustentação da cultura exportadora do setor de postura. O país exportou

Mês de Referência	Exportações em 2025 (Mil Toneladas)	Exportações em 2026 (Mil Toneladas)	Variação Interanual (%)
Janeiro	443	459	3,6
Fevereiro	468,4	493,2	5,3

Fonte: COMEX STAT, 2026

6.025 toneladas de ovos entre janeiro e fevereiro de 2026, volume 23,4% superior ao embarcado no mesmo período de 2025. As receitas acompanharam essa expansão, somando 12,583 milhões de dólares.

Mês de Referência	Exportações em 2025 (Toneladas)	Exportações em 2026 (Toneladas)	Variação Interanual (%)
Janeiro	2357	3086	30,9
Fevereiro	2527	2939	16,3

Fonte: COMEX STAT, 2026

TOCANTINS

Em termos de produção física consolidada disponível nos levantamentos estatísticos apresentados, o Tocantins atingiu a produção de 12,7 mil dúzias de ovos no primeiro trimestre de 2025. Esse volume representou um crescimento de 6% em relação ao total levantado no mesmo trimestre do ano anterior e garantiu ao estado a primeira posição no ranking de produção de ovos entre os estados que compõem a Região Norte do país. A expansão da atividade de postura no estado apoia-se no crescimento de polos

produtivos em municípios como Palmas, onde granjas de ovos caipiras e comerciais buscam verticalizar suas operações mediante o cultivo próprio de milho para mitigar oscilações de custos com ração e garantir a qualidade sanitária do plantel.

De acordo com levantamentos de conjuntura, o estado registrou um pico trimestral de abate de 6.481.415 aves no encerramento de 2025, evidenciando a escala recente da atividade.

REFERÊNCIAS

agenciadenoticias.ibge.gov.br, agenciadenoticias.ibge.gov.br/leite, ftp.ibge.gov.br/pdf.



ANÁLISE TÉCNICA DO AGRONEGÓCIO NO TOCANTINS – SAFRA 2025/2026

A safra 2025/2026 consolida o Tocantins em um novo estágio dentro do agronegócio brasileiro, caracterizado pela maturidade técnica, estabilidade produtiva e crescente eficiência no uso dos recursos naturais e tecnológicos. O estado deixa, de forma progressiva, a condição de fronteira agrícola em expansão para assumir um papel mais estruturado dentro do eixo do MATOPIBA, com um sistema produtivo cada vez mais integrado, resiliente e orientado por dados.

Essa transformação está diretamente associada à capacidade do produtor tocantinense de combinar sistemas de produção em sequeiro, ainda predominantes, com a expansão de áreas tecnificadas em várzeas irrigadas, que oferecem maior previsibilidade produtiva e permitem antecipação de calendário agrícola. Esse modelo híbrido tem sido determinante para a sustentação do crescimento, mesmo em cenários de instabilidade climática.

1. INDICADORES ESTATÍSTICOS DE CRESCIMENTO E POSICIONAMENTO NACIONAL

Os dados do 6º Levantamento (março de 2026) da Companhia Nacional de Abastecimento confirmam o avanço consistente do Tocantins no cenário nacional.

A área cultivada total atingiu 2.560,2 mil hectares, representando um crescimento de 6,3% em relação à safra 2024/2025. Esse avanço demonstra não apenas expansão territorial, mas também maior ocupação eficiente de áreas já consolidadas, refletindo ganho estrutural do sistema produtivo.

A produção total estimada alcança 9.918,5 mil toneladas, com incremento de 8,1%, índice significativamente superior à média nacional. Esse dado é particularmente relevante quando comparado ao desempenho do Brasil, cuja produção de

grãos está estimada em 353,4 milhões de toneladas, com crescimento de apenas 0,3% no mesmo período.

A produtividade média estadual também apresentou evolução, atingindo 3.874 kg/ha, com aumento de 1,7%. Embora percentual aparentemente moderado, esse ganho é tecnicamente expressivo, pois ocorre sobre uma base já elevada de produtividade, indicando avanço em eficiência de manejo, uso de insumos e adaptação às condições edafoclimáticas.

Esse conjunto de indicadores evidencia que o crescimento do Tocantins não está baseado apenas na expansão de área, mas sim em um processo mais complexo de intensificação produtiva e melhoria de performance agrônômica.

2. CRONOLOGIA CLIMÁTICA E RESILIÊNCIA DO SISTEMA PRODUTIVO

O ciclo agrícola 2025/2026 no Tocantins configurou-se como um verdadeiro teste de resiliência para o produtor rural, sendo marcado por um início de safra instável,

seguido por uma recuperação consistente sustentada pelo manejo técnico e pela regularização hídrica ao longo do desenvolvimento das culturas.

JANEIRO: RECUPERAÇÃO E VIGOR VEGETATIVO

A inflexão positiva no cenário climático consolidou-se em janeiro. Embora o mês tenha registrado volumes pluviométricos ligeiramente abaixo da média histórica em algumas regiões, as precipitações foram bem distribuídas e suficientes para restabelecer o vigor vegetativo das áreas que haviam sofrido com o estresse hídrico e replantios de novembro.

Esse cenário permitiu que a maior parte dos talhões de soja ingressasse nos estádios reprodutivos com bom desenvolvimento, enquanto as lavouras de amendoim no sul do estado foram beneficiadas por acumulados entre 120 mm e 150 mm, garantindo condições ótimas de umidade para os tratos culturais e adubação foliar com Boro.

FEVEREIRO: EXCESSO HÍDRICO E DUALIDADE DE IMPACTOS

Em fevereiro, o cenário inverteu-se para uma condição de saturação hídrica, com volumes superiores a 150 mm em grande parte do estado e algumas microrregiões ultrapassando os 200 mm.

3. DINÂMICA DAS CULTURAS PRINCIPAIS E ESTRUTURA PRODUTIVA

A estrutura produtiva do Tocantins na safra 2025/2026 consolida a soja como seu pilar central, ao mesmo tempo em que apresenta uma reconfiguração estratégica voltada para a intensificação do uso do solo e a diversificação de culturas.

SOJA: PROTAGONISMO, EFICIÊNCIA E PERFORMANCE REGIONAL

A soja mantém-se como a principal locomotiva do agronegócio estadual, apresentando uma expansão de 7,4% na área plantada. No campo operacional, a eficiência do produtor tocantinense permitiu que, até o final de fevereiro de 2026, a colheita atingisse 47% da área estimada, superando o índice médio nacional de 41,7% registrado no mesmo período.

A participação do estado na produção nacional de soja é tecnicamente relevante, com a Mesorregião Ocidental respondendo por 1,70% e a Oriental por

Esse excesso teve um impacto dual: por um lado, foi extremamente favorável ao milho safrinha, garantindo a manutenção da umidade no solo para a sucessão de safra; por outro, impôs restrições operacionais severas à colheita da soja, exigindo janelas curtas de estiagem para a retirada do grão com umidade adequada.

MARÇO DE 2026: CONSOLIDAÇÃO E RESULTADOS RECÓRDES

A maturidade produtiva do Tocantins foi confirmada no levantamento da Conab de março de 2026. A regularização hídrica tardia permitiu o alcance de resultados excepcionais, com o município de Aparecida do Rio Negro reportando rendimentos de aproximadamente 80 scs/ha.

Os dados consolidados apontam para uma produção total de 9.918,5 mil toneladas (avanço de 8,1% em relação ao ciclo anterior), sustentada por uma produtividade média estadual de 3.874 kg/ha. Esse desempenho reafirma a capacidade do sistema produtivo tocantinense de converter tecnologia e adaptação climática em estabilidade produtiva, mesmo diante de um calendário inicial comprimido.

1,30% do volume total brasileiro.

Os levantamentos de janeiro a março de 2026 evidenciam picos de performance técnica em municípios específicos:

- **Aparecida do Rio Negro:** Consolidou-se como destaque tecnológico ao alcançar produtividades superiores a 4.800 kg/ha (aproximadamente 80 sacas por hectare).
- **Silvanópolis:** Registrou rendimentos iniciais consistentes, superando os 3.000 kg/ha.
- **Darcinópolis:** As lavouras mantiveram-se em boas condições, com a colheita sendo executada na primeira quinzena de fevereiro após a regularização das chuvas.
- **Caseara:** Atuou como ponto de referência para o monitoramento fenológico, apresentando desenvolvimento vegetativo adequado ao longo do primeiro trimestre.

RELAÇÃO SOJA-MILHO SAFRINHA

A dinâmica produtiva do Tocantins é fortemente condicionada pela relação de sucessão entre a soja e o milho de segunda safra (safrinha). O calendário da oleaginosa exerce influência direta sobre a janela de plantio do milho, determinando o nível de risco climático e o potencial produtivo da cultura subsequente.

Na safra 2025/2026, os atrasos observados na semeadura da soja, provocados pela irregularidade das chuvas no início do ciclo, resultaram na compressão da janela ideal de plantio da safrinha. Esse deslocamento aumentou a exposição do milho a restrições hídricas no final do ciclo e impactou diretamente as decisões de investimento dos produtores.

ARROZ IRRIGADO E TRANSIÇÃO DE SISTEMAS NAS VÁRZEAS

O Tocantins permanece como o maior produtor de arroz da Região Norte, concentrando sua força na Mesorregião Ocidental, que é responsável por 7,17% da produção nacional. No entanto, a cultura atravessa um processo de transição, com uma redução de área estimada entre 8,1% e 12,2% devido aos elevados custos de produção e preços pouco atrativos.

Polos de vanguarda como Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão, que operam sistemas de várzea irrigada, têm liderado a substituição estratégica do cereal por soja e milho para otimizar a rentabilidade. Localidades como Dueré, Cristalândia e Pium também integram esse movimento de reconfiguração produtiva. Nessas áreas, o manejo fitossanitário exige vigilância constante contra a incidência de brusone, especialmente em períodos de variação hídrica.

MILHO: ESTRATÉGIAS DE VERÃO E DESAFIOS DA SAFRINHA

O milho consolida-se como o principal motor de intensificação produtiva no estado, refletindo mudanças estruturais no uso do solo e respostas à volatilidade do mercado.

MILHO PRIMEIRA SAFRA (VERÃO)

O Tocantins registrou crescimento de 16,7% na área plantada, impulsionado

pela substituição de áreas de arroz irrigado nas várzeas.

- **Desenvolvimento:** lavouras entre V8 e V12 (estádio vegetativo e definição do potencial produtivo) ainda em janeiro
- **Colheita:** iniciada em janeiro nas várzeas; março no sequeiro

MILHO SEGUNDA SAFRA (SAFRINHA)

O plantio atingiu 72% da área prevista até fevereiro, acompanhando a colheita da soja.

- **Produção nacional:** 108,4 milhões de toneladas (-4,2%)
- **Área:** 17,76 milhões de ha (+1,9%)
- **Produtividade:** 6.105 kg/ha (-6,0%)

Em polos como Lagoa da Confusão, houve pressão de lagarta-do-cartucho (*Spodoptera frugiperda*), exigindo manejo rigoroso.

DIVERSIFICAÇÃO E INTEGRAÇÃO INDUSTRIAL

A sustentabilidade do sistema é reforçada por culturas de ciclo curto e nichos industriais:

- **Feijão (1ª Safra):** A colheita apresentou excelente progresso, superando 80% da área total estadual em fevereiro, com alto rendimento nas várzeas de Formoso do Araguaia.
- **Amendoim:** No sul do estado, o cultivo em enchimento de grãos e maturação em fevereiro prepara-se para a colheita entre março e abril, com destino à indústria paulista de doces e chocolates.
- **Sorgo:** Consolida-se como alternativa para a sucessão de safra, com a Mesorregião Ocidental representando 1,18% da produção nacional.

LOCALIDADES ESTRATÉGICAS E MONITORAMENTO DE SAFRA

A rede de inteligência agrícola no Tocantins utiliza pontos geográficos de referência para validar as condições de campo e cruzar dados de sensoriamento remoto com a realidade local.

PORTO NACIONAL: HUB DE MONITORAMENTO AGROMETEOROLÓGICO

O município destaca-se como um ponto crítico para o monitoramento fenológico. Em fevereiro de 2026, registros fotográficos e dados de satélite coletados na região confirmaram o bom estabelecimento inicial do milho segunda safra (safrinha). Porto Nacional fornece registros detalhados de precipitação e insolação diária, dados fundamentais para subsidiar as análises de desenvolvimento das culturas de sequeiro em todo o estado.

CASEARA: REFERÊNCIA EM MONITORAMENTO FENOLÓGICO

Atua como localidade estratégica para o acompanhamento do ciclo da soja. Registros técnicos detalhados foram realizados desde a fase de emergência da cultura, servindo como parâmetro de comparação para o vigor das lavouras em outras regiões que enfrentaram veranicos no início do ciclo.

VALE DO ARAGUAIA: RECONFIGURAÇÃO ESTRUTURAL DO SOLO

Esta região atravessa uma profunda mudança no perfil produtivo. Áreas de tabuleiros e várzeas, tradicionalmente ocupadas pela rizicultura, estão sendo convertidas para o cultivo de soja e milho. O milho de 1ª safra registrou um aumento de 16,7% em área nessa região, ocupando espaços onde o arroz irrigado perdeu competitividade devido aos elevados custos operacionais de bombeamento e preços de mercado menos atrativos.

PALMAS, ARAGUAÍNA E GUARÁ: CRITÉRIOS DE DETALHAMENTO

Embora sejam polos relevantes, estes municípios não possuem detalhamento técnico individualizado nos relatórios da Conab para esta safra específica. Isso decorre da metodologia do órgão, que prioriza o acompanhamento em regiões que apresentam o maior volume de produção consolidado, variações climáticas extremas ou que atingiram recordes de produtividade específicos no período do levantamento.

4. SANIDADE VEGETAL E TRATOS CULTURAIS LOCALIZADOS

A manutenção da produtividade no Tocantins, que se aproxima da marca histórica de 10 milhões de toneladas, é garantida pela precisão nos tratos culturais e no controle fitossanitário.

MANEJO DE PRAGAS EM LAGOA DA CONFUSÃO

O monitoramento constante nas várzeas sistematizadas detectou, no início de 2026, pressão significativa da lagarta-do-cartucho (*Spodoptera frugiperda*) nas lavouras de milho. No arroz, a principal preocupação foi a incidência de brusone, exigindo intervenções fitossanitárias rigorosas para evitar que a doença comprometesse o potencial produtivo das áreas irrigadas.

ESTRATÉGIA TÉCNICA PARA O AMENDOIM NO SUL DO ESTADO

Visando atender às exigências da indústria paulista de doces e chocolates, produtores do sul do Tocantins adotaram um protocolo de alta tecnologia:

- **Plantio Escalonado:** Utilização de variedades com ciclos distintos, variando entre 120 e 150 dias, para otimizar a logística de colheita.
- **Tratos Nutricionais:** Em janeiro de 2026, foram realizadas aplicações preventivas de fungicidas e adubação foliar com Boro, elemento essencial para garantir a qualidade e a padronização industrial dos grãos.

5. RIGOR SANITÁRIO E VAZIO SANITÁRIO

A estabilidade da safra tocantinense é sustentada por políticas de defesa agropecuária que protegem o status fitossanitário do estado no mercado global.

- **Vazio Sanitário da Soja:** O estado mantém a proibição de plantas vivas entre 1º de julho e 30 de setembro, medida crucial para o controle da ferrugem-asiática.

- **Normativas do Algodão (ADAPEC/TO):** A cotonicultura segue a Instrução Normativa nº 5/2019, que estabelece normas rigorosas para o controle do bicudo-do-algodoeiro. O descumprimento destas janelas sanitárias acarreta sanções severas, incluindo multas e a destruição compulsória de lavouras remanescentes.

6. INTERDEPENDÊNCIA SISTÊMICA: O IMPACTO DA SOJA NO MILHO SAFRINHA

A dinâmica da safra de soja no Tocantins atua como o determinante central para o sucesso da segunda safra (safrinha). No ciclo 2025/2026, a irregularidade das precipitações e os veranicos observados entre outubro e novembro de 2025 forçaram replantios e o deslocamento do cronograma original, o que comprimiu severamente a janela ideal para o milho e elevou a vulnerabilidade a restrições hídricas no final do ciclo.

Embora a regularização das chuvas a partir de dezembro tenha permitido a recuperação do vigor da soja, o atraso na semeadura da oleaginosa empurrou

o plantio do milho para épocas climaticamente menos favoráveis.

Diante desse cenário de incerteza, observa-se uma postura cautelosa do produtor tocantinense, traduzida na redução do pacote tecnológico (insumos e sementes de menor teto produtivo) para mitigar riscos financeiros.

Em microrregiões onde o atraso da soja foi crítico, como no norte e nordeste do estado (ex: Campos Lindos), houve uma migração estratégica para culturas de ciclo mais curto ou maior resistência ao estresse hídrico, como o sorgo, o feijão e o milheto.

7. ARROZ IRRIGADO: RECONFIGURAÇÃO ESTRUTURAL E ESPECIALIZAÇÃO DAS VÁRZEAS

O Tocantins preserva sua hegemonia como o principal produtor de arroz da Região Norte, sustentado pela alta tecnologia empregada nos sistemas de várzeas sistematizadas. No entanto, o ciclo 2025/2026 revela um processo de transição produtiva acentuado por fatores mercadológicos e operacionais.

RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA E PESO NACIONAL

A rizicultura tocantinense é um dos pilares da oferta nacional do cereal. A Mesorregião Ocidental do Tocantins consolidou-se como um pilar estratégico, sendo responsável isoladamente por 7,17% da produção nacional de arroz.

O estado utiliza majoritariamente o sistema de subirrigação, que permite o controle preciso do nível freático nas áreas de várzea, garantindo estabilidade produtiva mesmo em janelas de irregularidade pluviométrica.

RETRAÇÃO DE ÁREA E MIGRAÇÃO PARA CULTURAS COMPETITIVAS

Os levantamentos consolidados em março de 2026 confirmam uma tendência

de redução consistente na área semeada, estimada em 12,2% em comparação ao ciclo anterior. Esse movimento de retração é impulsionado por uma combinação de fatores econômicos:

- **Custos Operacionais:** O elevado custo de bombeamento de água e manutenção das estruturas de irrigação tem pressionado as margens de lucro dos rizicultores.
- **Janela de Rentabilidade:** Observa-se uma migração deliberada de áreas nobres para o cultivo de soja e milho, que apresentam maior liquidez e margens de lucro superiores no cenário atual. Em algumas propriedades, produtores chegaram a desmanchar estruturas de taipas previamente preparadas para o arroz para viabilizar o plantio da soja.
- **Cenário de Preços:** A desvalorização do preço pago ao produtor, influenciada por estoques elevados e dificuldades de escoamento, desestimulou o investimento no pacote tecnológico da cultura nesta safra.

POLOS DE VANGUARDA E DINÂMICA OPERACIONAL

Os municípios de Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia lideram a produção

estadual, funcionando como centros de difusão tecnológica.

- *Em Formoso do Araguaia, o plantio irrigado atingiu 50% da área ainda em dezembro, apresentando bom aporte hídrico e desenvolvimento vegetativo vigoroso.*
- *Já em Lagoa da Confusão, embora a colheita tenha sido iniciada com bons indicadores, o ciclo foi marcado por chuvas em volumes menores, o que elevou os custos operacionais de irrigação para manter a lâmina d'água necessária.*
- *Localidades como Dueré, Cristalândia e Pium também integram esse cinturão produtivo, participando ativamente da reconfiguração que prioriza a sucessão soja-feijão em áreas de várzea sistematizada.*

DESAFIOS FITOSSANITÁRIOS E SANIDADE

A manutenção da produtividade, que apresentou um ajuste positivo para 7.216 kg/ha no

8. DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA: SUSTENTABILIDADE E MERCADOS DE DESTINO

A estratégia agrícola do Tocantins na safra 2025/2026 demonstra uma clara transição para sistemas mais resilientes, onde a diversificação de culturas não atua apenas como rotação de solo, mas como uma ferramenta de sustentabilidade econômica e inserção em canais industriais especializados.

FEIJÃO (1ª SAFRA)

O estado consolidou-se como um produtor estratégico, especialmente no segmento do feijão-caupi. Na região de Formoso do Araguaia, o uso de áreas de várzeas sistematizadas com tecnologia de subirrigação permitiu colheitas precoces e de alto rendimento, que já estavam em estágio avançado em janeiro.

Durante o mês de fevereiro de 2026, as operações de colheita nas lavouras de sequeiro avançaram vigorosamente, impulsionadas por janelas de clima firme, permitindo que o índice de área colhida superasse 80% do total estadual no final do período.

A expectativa consolidada em março aponta para um acréscimo na produtividade média total em relação ao ciclo

último levantamento, depende estritamente do manejo sanitário. A incidência de brusone (*Magnaporthe oryzae*) permanece como a principal ameaça fitossanitária às lavouras tocantinenses, especialmente em períodos de alta nebulosidade ou estresse hídrico pontual. O monitoramento intensivo e a aplicação rigorosa de fungicidas são indispensáveis, embora contribuam para o aumento do custo total de produção por hectare.

PERSPECTIVAS DE COLHEITA E MERCADO

Com o encerramento do primeiro trimestre de 2026, a colheita do arroz irrigado no Tocantins avança para sua fase final. Apesar da redução na área plantada, o ganho de produtividade obtido através da especialização técnica permitiu que o estado mantivesse uma produção estimada em 11.177,4 mil toneladas (considerando o total da safra), reafirmando seu papel central no abastecimento do mercado interno brasileiro.

anterior, fundamentada no ótimo regime hídrico observado na maior parte das regiões produtoras.

AMENDOIM INDUSTRIAL

O cultivo de amendoim, concentrado no sul do estado, emergiu como um modelo de integração com a agroindústria do Sudeste.

- **Estratégia de Escalonamento:** *Visando otimizar a logística de colheita entre março e abril, os produtores adotaram o plantio de variedades com ciclos distintos: uma de 120 a 130 dias e outra de 130 a 150 dias.*
- **Manejo de Alta Performance:** *Em janeiro de 2026, relataram-se tratamentos culturais intensivos, incluindo aplicações preventivas de fungicidas e adubação foliar com Boro, elemento essencial para garantir a padronização e qualidade exigidas pelas indústrias de doces e chocolates de São Paulo.*
- **Desenvolvimento:** *Em fevereiro, as lavouras encontravam-se em fases avançadas de enchimento de grãos e maturação, beneficiadas por acumulados pluviométricos de janeiro que variaram entre 120 mm e 150 mm.*



FAET
SENAR
IFAET
SINDICATOS

20
26

O FUTURO SE
FAZ NO CAMPO



www.
systemafaetsenar.org.br
@ /SistemaFAETSenar



SORGO:

O sorgo reafirma sua relevância como alternativa estratégica para a sucessão de safra (safrinha) devido à sua rusticidade e resistência ao estresse hídrico. Tecnicamente, a mesorregião Ocidental do Tocantins já é responsável por 1,18% da produção nacional da cultura.

A produção tem sido absorvida por dois mercados crescentes: a nutrição animal

local e, de forma inovadora, como matéria-prima para a expansão das usinas de biocombustíveis (etanol de cereais) na região, que geram uma demanda firme e sustentada pelo grão.

Esta configuração produtiva, observada entre janeiro e março de 2026, demonstra a maturidade do sistema agrícola tocan- tinense ao integrar alta tecnologia de manejo com uma visão estratégica de mercado.

9. ACESSO À TERRA E CRÉDITO FUNDIÁRIO NO TOCANTINS

O Tocantins consolidou-se como um dos protagonistas na democratização do acesso à terra no Brasil, alcançando a 4ª colocação no ranking nacional de contratações do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCf). Esse resultado considera o volume de contratos firmados por agricultores familiares no período de retomada do programa no estado, entre 2023 e 2025.

No período mencionado, o Governo do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (Seagro), celebrou 304 contratos, o que movimentou investimentos de aproximadamente R\$ 57,3 milhões. Com esse desempenho, o estado ficou posicionado logo atrás de Minas Gerais (1º), Rio Grande do Sul (2º) e Pernambuco (3º).

O número de famílias beneficiadas no estado apresentou uma evolução constante desde a retomada das ações:

- **2023:** 82 contratos firmados.
- **2024:** 131 contratos firmados.
- **2025:** 152 contratos firmados.

Para 2026, as projeções continuam positivas, com a Unidade Técnica Estadual (UTE) já contabilizando mais de 150 projetos em análise nas esferas estadual, federal e financeira.

O impacto do programa é visível em diversas regiões, com destaque para os seguintes municípios que lideram o número de contratos:

- **Santa Terezinha do Tocantins:** 48 contratos (R\$ 8,6 milhões).
- **Darcinópolis:** 42 contratos (R\$ 7,3 milhões).
- **Xambioá:** 35 contratos (R\$ 6,4 milhões).

O PAPEL DO PNCf NO ESTADO

Operacionalizado pela Seagro, o PNCf permite que trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra adquiram seus próprios imóveis rurais. Atualmente, o financiamento pode chegar a R\$ 306 mil por agricultor, destinado tanto à aquisição da área quanto à implantação de infraestrutura produtiva necessária para gerar renda e melhorar a qualidade de vida das famílias.

A gestão técnica do programa tem investido em capacitações para dar agilidade às análises, garantindo que a terra se torne uma fonte sustentável de desenvolvimento socioeconômico para o produtor tocan- tinense.

10. O TOCANTINS NA ROTA DA EUROPA: DESAFIOS E A PROMESSA DE UM SALTO ECONÔMICO

Após décadas de negociações, a conclusão do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia abre uma janela de oportunidades sem precedentes para a economia do Tocantins. O tratado prevê a redução ou eliminação gradual de tarifas de importação para cerca de 91% das mercadorias expor- tadas pelo Mercosul, o que coloca o

estado, um dos protagonistas do agrone- gócio no Cerrado, em uma posição estrat- égica de crescimento.

IMPACTOS DIRETOS E COMPETITIVIDADE

Projeções indicam que, se o estado se adequar às exigências internacionais, as

exportações tocaninenses para o bloco europeu podem crescer mais de 50%. Atualmente, a soja representa 51% da pauta exportadora estadual, seguida pela carne bovina com 21,1%.

Com o acordo, o setor de carnes deve ser um dos maiores beneficiados pela abertura de cotas com tarifas reduzidas, permitindo que o produto local compita em pé de igualdade em um mercado de 450 milhões de habitantes com alto poder de compra.

Além disso, a agroindústria tocaninense poderá importar maquinários, defensivos e tecnologias de precisão da Europa com custos reduzidos, elevando a produtividade das lavouras.

INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA

A segurança jurídica trazida pelo pacto tende a atrair investimentos estrangeiros para infraestruturas cruciais. O Tocantins pode consolidar seu papel como polo logístico do Corredor Centro-Norte, potencializando a integração da Ferrovia Norte-Sul, a hidrovía Araguaia-Tocantins e a criação de portos secos.

Para aproveitar esse fluxo, é urgente superar gargalos históricos, como a precariedade de algumas rodovias e o déficit na capacidade de armazenamento de grãos.

O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE

O acesso a esse mercado sofisticado não será automático. A União Europeia mantém padrões rigorosos de segurança alimentar, rastreabilidade e sustentabilidade ambiental. Para o produtor tocaninense, isso significa a necessidade de comprovar práticas que reduzam o impacto ambiental e atendam às exigências sanitárias, transformando o cumprimento do Código Florestal em um ativo comercial.

Em suma, o acordo Mercosul-União Europeia pode ser o divisor de águas que conectará definitivamente o Tocantins às cadeias globais de valor. O sucesso dessa jornada dependerá da modernização do campo, de políticas públicas eficientes e da capacidade do estado em transformar produtos in natura em itens de maior valor agregado, gerando emprego e renda para a população local.

FONTES:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Comex Stat: Sistema oficial para extração das estatísticas do comércio exterior brasileiro de bens. Brasília, 2026. Disponível em: comexstat.mdic.gov.br.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Boletim da Safra de Grãos: Levantamentos das safras 2023/24, 2024/25 e 2025/26. Brasília: CONAB, 2026. Disponível em: gov.br/conab.

CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Portal CNA: Notícias, Cotações e Podcast "Ouça o Agro". Brasília, 2026. Disponível em: cnabrasil.org.br.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Secretarias da Agricultura e Pecuária (SEAGRO) e do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH). Portal Oficial de Notícias e Dados Técnicos. Palmas, 2026. Disponível em: to.gov.br.

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. Análise do Tempo e do Clima: Planejamento e manejo agropecuário. Brasília, 2026. Disponível em: portal.inmet.gov.br.

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. Política Agrícola e Valor Bruto da Produção (VBP). Brasília, 2026. Disponível em: gov.br/agricultura.

TOCANTINS. Análise Estratégica do Agronegócio no Tocantins: Perspectivas para a Safra 2024/25, Matriz de Sustentabilidade e Dinâmicas Econômico-Logísticas. Palmas: Governo do Estado, 2024.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS E TRABALHOS ACADÊMICOS

CARVALHO, G. P. de; BIGELI, B. C. M. N.; MIRANDA, J. F. B. Desafios da logística no agronegócio Tocantinense: avaliação da infraestrutura de transporte e armazenagem, com foco nos gargalos que afetam o setor. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 7, n. 15, p. e151562, 2024.

DIZ, André; SERIGATI, Felipe; POSSAMAI, Roberta. Em um mundo mais protecionista, um acordo vem a calhar. Agroanalysis (FGV Agro), v. 45, n. 1, jan. 2025.

GONDO, Gustavo Haruo Beltran. Procedimentos comerciais e bancários na exportação de commodities: uma análise jurídica aplicada à rota do Tocantins para a União Europeia. 2022. Artigo (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2022.

GRANJA JÚNIOR, Joseane Ribeiro de Menezes; MASSUQUETTI, Angélica; AZEVEDO, André Filipe Zago de. Efeitos de um Acordo Preferencial de Comércio Entre Mercosul e União Europeia para o Agronegócio Brasileiro. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 16, n. 4, p. 544-566, 2022.

MARTINS, Nicole Mariah de Lucena. Os impactos de barreiras tarifárias e não tarifárias nas exportações tocaninenses de carne bovina (1988-2020). 2023. TCC (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2023.

NOTÍCIAS E ARTIGOS DE OPINIÃO

CAVALCANTE, Stefani. Tocantins tem crescimento de 46,5% nas exportações do primeiro trimestre e China é principal parceiro comercial. G1 Tocantins, 18 maio 2025.

MACHADO, Daniel. Com acordo Mercosul-UE, exportações do Tocantins podem crescer mais de 50%, projeta Tiago Dimas. Araguaína Notícias, 26 fev. 2026. Seção Política.

MESSIAS, Gabriel Soares. Acordo Mercosul e União Europeia: uma nova oportunidade para o agronegócio tocaninense. Conexão Tocantins, 28 jan. 2026. Seção Opinião.

PORTO RÁPIDO. Governo do Estado impulsiona crescimento econômico e Tocantins ultrapassa US\$ 3 bilhões em exportações, ocupando 3º lugar na Região Norte. Porto Nacional, 14 jan. 2026



INFORME SETORIAL

Os Informes Setoriais reúnem a participação institucional da FAET em reuniões, oficinas, comissões e conselhos estratégicos, tanto em nível estadual quanto nacional. Esses relatos detalham as principais pautas discutidas, deliberações tomadas e posicionamentos técnicos defendidos pela entidade, oferecendo uma visão atualizada sobre temas relevantes ao agronegócio, como políticas públicas, legislação, infraestrutura, sustentabilidade e representatividade rural. São registros que fortalecem a transparência e demonstram o compromisso da FAET com o desenvolvimento do setor produtivo tocantinense.

A regulamentação da Lei de Bioinsumos entrou em uma fase decisiva. Em reunião realizada em 20 de janeiro de 2026, o Grupo de Trabalho da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) debateu minuciosamente a minuta apresentada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), com foco central na segurança jurídica e na viabilidade técnica da produção para uso próprio, a modalidade on-farm.

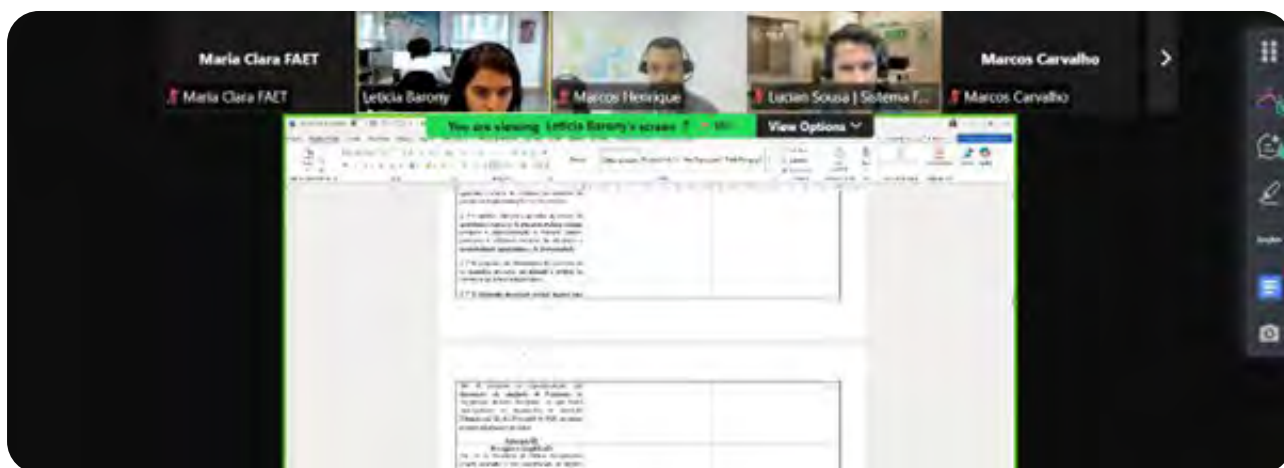
Um dos pontos iniciais discutidos foi a atualização das nomenclaturas. A nova minuta substitui os termos "organismos e substâncias" por "organismos vivos" e "bioderivados", buscando alinhar o decreto às definições da lei e evitar conflitos conceituais que possam prejudicar a interpretação fiscal e técnica. Essa segmentação é vital para diferenciar produtos que mantêm populações ativas na natureza daqueles que são subprodutos da biodiversidade.

O ponto de maior sensibilidade no GT refere-se à origem das cepas microbianas. Enquanto o MAPA propõe uma "lista positiva", onde apenas agentes previamente autorizados podem ser utilizados. A CNA mantém a defesa de uma "lista negativa".

O argumento é que uma lista de proibições (focada em riscos já conhecidos à saúde e ao ambiente) garante a segurança necessária sem cercear a inovação tecnológica e o acesso do produtor a novas descobertas.

A produção para uso próprio na pecuária também acendeu um alerta. A minuta atual veda a produção *on-farm* de bioinsumos destinados à saúde animal e ao ambiente de criação, restringindo a modalidade basicamente a produtos de nutrição. O GT solicitou que as federações estaduais avaliem o impacto dessa restrição, verificando se práticas já consolidadas no setor pecuário podem ser prejudicadas por essa vedação abrangente.

A CNA defende que o cadastramento das unidades de produção seja declaratório, automático e centralizado em plataforma federal, com compartilhamento de dados para os estados. Quanto à responsabilidade técnica, o grupo busca assegurar que a exigência de um profissional habilitado seja aplicada de forma equilibrada, focando em casos de maior complexidade, como a manipulação de isolados obtidos em bancos de germoplasma ou produções coletivas.



A reunião consolidou um cronograma rigoroso para assegurar que as especificidades regionais sejam ouvidas. As federações estaduais devem avaliar os impactos da minuta em suas realidades locais, especialmente no que tange à prestação de serviços e práticas de biossegurança.

A mobilização do sistema CNA/Senar visa garantir que o decreto regulamentador não se torne um entrave, mas sim um catalisador para a adoção de tecnologias sustentáveis, respeitando a autonomia do produtor e a segurança do ecossistema agrícola brasileiro.

GT	Datas sugeridas (2026)	Perfil dos participantes	Perfil dos participantes
GT Pecuária de Baixo Carbono	- Reunião 1: março - Reunião 2: maio	Coordenação: SEAGRO/TO Instituições técnicas: Ruristina/ Empresa, IFTO; FAET/SENAR; cooperativas pecuárias; universidades; MAPA/SFAC; bancas de consultoria; ONGs, setor privado.	Reunião 1 – Arranque e Planejamento Estratégico
GT Agricultura de Baixo Carbono	- Reunião 1: março - Reunião 2: maio	Coordenação: SEAGRO/TO; Instituições: Empresa MAPA/SFAC; Ruristina/cooperativas agrícolas; representantes de produtores (OCB, Aprosoja); instituições financeiras; empresas de insumos biológicos, setor privado.	(Instalação do GT e definição da estratégia) Reunião 2 – Plano de Ação e Monitoramento
GT Florestas	- Reunião 1: março - Reunião 2: maio	Coordenação: SEAGRO/TO; Instituições: Empresa MAPA/SFAC; Ruristina/cooperativas agrícolas; representantes de produtores (OCB, Aprosoja); instituições financeiras; empresas de insumos biológicos, setor privado.	(Instalação do GT e definição da estratégia) Reunião 2 – Plano de Ação e Monitoramento

20
JANEIRO

1ª Reunião Extraordinária do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC+ -TO (GGE ABC+ - TO)

O cenário da agropecuária sustentável no Tocantins alcançou um novo patamar de maturidade técnica e institucional após a última reunião extraordinária do Grupo Gestor Estadual, realizada em 20 de janeiro de 2026. O encontro consolidou o Plano ABC+ Tocantins como uma das políticas públicas mais avançadas do país, com 97% de sua redação final concluída.

Após discussões técnicas, o grupo aprovou a meta de 2,4 milhões de metros cúbicos de dejetos tratados, um número ajustado para refletir a realidade produtiva do estado de forma factível e tecnicamente embasada. Além disso, o novo texto do Plano ABC+ buscará evidenciar o "plus" de produtividade alcançado pelos programas locais, comparando, por exemplo, as médias de arrobas por hectare da pecuária intensiva com as médias nacionais para demonstrar o ganho real de eficiência no campo.

Para garantir a celeridade e a capilaridade das ações, foi aprovada uma nova metodologia de trabalho baseada em três eixos fundamentais:

- *GT Pecuária de Baixo Carbono: Focado na intensificação sustentável e manejo de resíduos.*
- *GT Agricultura de Baixo Carbono: Com ênfase em sistemas de plantio direto e integração de cultivos de grãos e hortaliças.*
- *GT Florestas, Sistemas Agroflorestais e Bioeconomia: Direcionado à restauração florestal, silvicultura e implantação de SAFs.*

A reunião foi encerrada com um cronograma claro para a materialização das estratégias discutidas que consiste na revisão final do plano, visando a diagramação e publicação oficial, a formalização da equipe garantindo que o conhecimento técnico chegue à ponta do sistema e o calendário das próximas reuniões.

Este movimento conjunto reafirma o compromisso do Tocantins em liderar a agenda de baixa emissão de carbono, integrando produção de alimentos com conservação ambiental e segurança climática.

20
JANEIRO

Reunião da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da CNA

A reunião marcou um momento decisivo para o setor agropecuário brasileiro. O encontro consolidou um plano de ação robusto para enfrentar os gargalos da infraestrutura, a modernização tecnológica e o complexo cenário jurídico que envolve a produção de soja no país.

Um dos temas centrais foi a atualização sobre a Moratória da Soja. A assessoria

jurídica da CNA detalhou a estratégia que culminou na suspensão liminar da moratória pelo CADE, baseada em denúncias de prática de cartel e exercício abusivo de poder econômico pelas tradings. Com a saída da Abiove do pacto, o setor celebra o que considera uma vitória da soberania da legislação ambiental brasileira (Código Florestal) sobre acordos privados restritivos.



A agenda de 2026 prioriza a transparência e a eficiência técnica:

- **Classificação de Soja:** A CNA avança em testes com tecnologias de infravermelho e raio-x junto ao Inmetro para eliminar a subjetividade na classificação. Além disso, apoia um projeto de lei para tornar a classificação obrigatória em todas as transações comerciais.
- **Interoperabilidade e Dados:** Diante da dificuldade de comunicação entre máquinas de diferentes marcas, a comissão buscará alinhar padrões nacionais. Surgiu também um alerta crítico sobre a propriedade e sigilo dos dados coletados pelas máquinas, com o encaminhamento de criar salvaguardas jurídicas para o produtor.
- **Armazenagem Modular:** Com o déficit brasileiro de armazenagem (apenas 16% nas fazendas), a comissão propõe modelos alternativos e modulares baseados na experiência norte-americana, focando em segregação e rastreabilidade.

A consultoria Agroconsult apresentou um cenário de recuperação produtiva, apesar de um clima irregular em fevereiro. A área de soja deve atingir 48 milhões de hectares, enquanto a produção total de milho pode sofrer uma redução de 6% devido ao calendário apertado da segunda safra. O grande desafio do ano, contudo, reside na questão financeira: com juros elevados e preços pressionados, os custos financeiros passaram a representar um "segundo arrendamento" para o produtor.

Foram definidos encaminhamentos voltados ao monitoramento da moratória, avanço da agenda tecnológica com o ConectarAgro para tratar conectividade no campo, estruturação de políticas de incentivo ao uso de fibras naturais como o algodão, revisão de estratégias sanitárias a partir de dados sobre a mosca branca em estados produtores e aprimoramento do levantamento de custos de produção por meio da reformulação do projeto Campo Futuro em parceria com consultorias especializadas.

30
JANEIRO

4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de REDD+ (COEMA).

A FAET participou, no dia 30 de janeiro de 2026, da 4ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de REDD+ do Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA/TO), realizada em formato virtual.

O principal ponto de pauta foi a análise do **Sumário de Informações sobre**

Salvaguardas do Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins, referente ao período de 2020 a 2023.

O documento apresenta como o Estado vem cumprindo as salvaguardas socioambientais exigidas no âmbito internacional para certificação de créditos de carbono

Governança do Programa JREDD+ do Tocantins



jurisdicionais, abordando temas como governança ambiental, participação social, conservação da biodiversidade, controle do desmatamento e prevenção de reversões.

Durante os debates, foram feitas contribuições técnicas relevantes, especialmente quanto à necessidade de maior precisão na distinção entre metas planejadas e ações efetivamente executadas, além de observações sobre a política de biodiversidade e a coerência entre expansão produtiva e conservação ambiental.

A FAET por sua vez se mantém até o momento contrário ao Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins, abstendo-se da votação.

Desse modo, o colegiado da Câmara Técnica aprovou o Parecer Técnico nº 01/2026, **com 3 votos favoráveis e 4 abstenções**, com recomendações de ajustes redacionais e esclarecimentos quanto ao período analisado (2020-2023).

Como encaminhamento, o sumário seguirá para deliberação na Câmara Técnica Jurídica e após deliberação em Plenária do COEMA.



21 **26**
JANEIRO MARÇO

144ª, 145ª e 146ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins - CDE-TO

O Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins – CDE-TO, na qual a FAET tem representatividade, reuniu-se no dia 21 de janeiro de 2026, às 9h, na Sala de Reuniões da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços – SICS, para a **realização da 144ª Reunião Ordinária**, destinada à discussão e votação de processos

administrativos referentes à concessão de incentivos fiscais no âmbito do Programa **PROINDÚSTRIA**, instituído pela **Lei nº 1.385/2003 – Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial do Estado do Tocantins**, do Programa **INTERNET**, instituído pela **Lei nº 1.641/2005 – Programa de Incentivo às Atividades de Comércio**

Eletrônico no Estado do Tocantins, e do incentivo previsto na **Lei nº 1.790/2007 – Programa Comércio Atacadista de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares**, nas modalidades implantação e expansão.

Aurostar Mineração e Exploração Ltda., localizada no município de Pindorama do Tocantins – TO, que atua no ramo de extração de minério de metais preciosos, foi beneficiária do incentivo **PROINDÚSTRIA**, instituído pela **Lei nº 1.385/2003**, na modalidade implantação, aprovada.

Comber Biomassa Ltda., localizada no município de Barra do Ouro – TO, que atua no ramo de fabricação de artefatos, exceto móveis, foi beneficiária do incentivo **PROINDÚSTRIA**, nos termos da **Lei nº 1.385/2003**, na modalidade expansão, aprovada.

Moriá Papéis e Embalagens Ltda., localizada no município de Araguaína – TO, que atua no ramo de fabricação de embalagens de papel, foi beneficiária do incentivo **PROINDÚSTRIA**, instituído pela **Lei nº 1.385/2003**, na modalidade expansão, aprovada.

G. Vieira Fernandes & Cia Ltda., localizada no município de Palmas – TO, que atua no ramo de comércio varejista de ferragens e ferramentas, foi beneficiária do incentivo **INTERNET**, instituído pela **Lei nº 1.641/2005**, na modalidade implantação, aprovada.

EDN Utilidades Domésticas Importação e Exportação Ltda. – BIG LAR, localizada no município de Araguaína – TO, que atua no ramo de comércio eletrônico de utilidades domésticas, foi beneficiária do incentivo **INTERNET**, instituído pela **Lei nº 1.641/2005**, na modalidade implantação, aprovada.

IP Produtos Hospitalares Ltda., localizada no município de Palmas – TO, que atua no ramo de comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, foi beneficiária do incentivo fiscal previsto na **Lei nº 1.790/2007**, na modalidade expansão, aprovada.

Em continuidade às deliberações do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins – CDE-TO, **no dia 26 de fevereiro, na 145ª Reunião Ordinária**, também foram apreciados e aprovados novos processos administrativos de concessão de incentivos fiscais no âmbito do **PROINDÚSTRIA**, da **Lei nº 1.641/2005** e da **Lei nº 1.790/2007**, mantendo-se a atuação

do colegiado na análise de empreendimentos estratégicos para o fortalecimento da atividade econômica no Estado do Tocantins, aprovada.

Mineração Capital Ltda., localizada no município de Palmas – TO, que atua no ramo de extração de areia, cascalho ou pedregulho, com beneficiamento associado, foi beneficiária do incentivo **PROINDÚSTRIA**, instituído pela **Lei nº 1.385/2003**, na modalidade expansão, com prorrogação, aprovada.

OP Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., localizada no município de Palmas – TO, que atua no ramo de fabricação de produtos de panificação industrial, foi beneficiária do incentivo **PROINDÚSTRIA**, instituído pela **Lei nº 1.385/2003**, na modalidade expansão, aprovada.

Macro Distribuidora Hospitalar Ltda., localizada no município de Palmas – TO, que atua no ramo de comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso não especificados, foi beneficiária do incentivo fiscal previsto na **Lei nº 1.790/2007**, na modalidade expansão, aprovada.

Isonorte Indústria e Comércio de Alimentos Ltda., localizada no município de Palmas – TO, que atua no ramo de fabricação de artefatos de material plástico para outros usos, foi beneficiária do incentivo **PROINDÚSTRIA**, instituído pela **Lei nº 1.385/2003**, na modalidade expansão, aprovada.

Prado Comércio de Eletrônicos e Serviços de Instalações Ltda., localizada no município de Palmas – TO, que atua no ramo de comércio varejista especializado em eletrodomésticos e serviços correlatos, foi beneficiária do incentivo **INTERNET**, instituído pela **Lei nº 1.641/2005**, na modalidade expansão, com prorrogação, aprovada.


Em continuidade às deliberações do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins – CDE-TO, **no dia 26 de março, na 145ª Reunião Ordinária**, também foram apreciados e aprovados novos processos de concessão de incentivos fiscais no âmbito do **PROINDÚSTRIA**, da **Lei nº 1.641/2005** e da **Lei nº 1.790/2007**.

AUTOTINS Peças e Acessórios Ltda., localizada no município de Palmas – TO, que atua no ramo de comércio varejista de peças e acessórios novos para veículos

Formação Técnica

Curso Técnico em **SEGURANÇA DO TRABALHO**

NOVO CURSO **GRATUITO** EaD

 Ananás • Gurupi
Paraíso do Tocantins



Curso Técnico em **ZOOTECNIA EaD**

GRATUITO EaD

 Ananás • Gurupi • Taguatinga
Paraíso do Tocantins



Inscrições abertas:

**Processo Seletivo
Senar e-Tec 2026.1**

Conecte-se com
seu futuro no Agro

**Destaque-se como
profissional técnico**

Processo Seletivo Senar e-Tec 2026.1
Conecte-se com seu futuro no Agro

Inscreva-se

etec.senar.org.br



automotores, foi beneficiária do incentivo INTERNET, na modalidade expansão, com retorno do processo, aprovada.

Amazônia Nutrição Indústria e Comércio Ltda., localizada no município de Santa Fé do Araguaia – TO, que atua no ramo de fabricação de alimentos para animais, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, na modalidade expansão, aprovada.

Mega Truck Implementos Rodoviários Ltda., localizada no município de Araguaína – TO, que atua no ramo de fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, na modalidade implantação, aprovada.

MF Indústria de Panificação e Confeitaria Ltda., localizada no município de Palmas – TO, que atua no ramo de fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, na modalidade expansão, aprovada.

Atlas Agro Comércio e Exportação de Grãos S.A., localizada no município de Porto Nacional – TO, que atua no ramo de moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, na modalidade expansão, aprovada.

Arte Metalúrgica Ltda., localizada no município de Palmas – TO, que atua no ramo de fabricação de estruturas metálicas, foi

beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, na modalidade expansão, aprovada.

Farmafine Ltda., localizada no município de Palmas – TO, que atua no ramo de comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal, foi beneficiária do incentivo INTERNET, na modalidade implantação, aprovada.

Cadeirone Cadex Ltda., localizada no município de Guaraí – TO, que atua no ramo de fabricação de móveis com predominância de metal, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, na modalidade expansão, aprovada.

Ceres Indústria Comércio de Cereais Ltda., localizada no município de Silvanópolis – TO, que atua no ramo de fabricação de alimentos para animais, foi beneficiária do incentivo PROINDÚSTRIA, na modalidade implantação, aprovada.

Ferro Oeste Comércio On-line Ferros Ltda., localizada no município de Dianópolis – TO, que atua no ramo de comércio varejista de ferragens e ferramentas, foi beneficiária do incentivo INTERNET, na modalidade expansão, aprovada.

Neste Conselho Deliberativo, a FAET detém assento para participar da deliberação acerca da concessão de incentivos fiscais a empreendimentos no Estado do Tocantins que atendam aos requisitos do Programa PROINDÚSTRIA e INTERNET, especialmente aqueles que fomentam a cadeia produtiva do agronegócio.

03
FEVEREIRO

29ª Reunião da Câmara Técnica Permanente de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – CTPFERH

A FAET participou, no dia 03 de fevereiro de 2026, da 29ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (CTPFERH), realizada de forma virtual.

Em pauta, foi debatida a regulamentação da outorga coletiva no Estado. A deliberação resultou no encaminhamento de retorno para que a Câmara Técnica de Outorga formalize a demanda com apresentação de três orçamentos, garantindo maior segurança técnica e financeira antes da destinação de recursos do Fundo.

Outro ponto de pauta foi a análise da primeira readequação do Plano de Aplicação 2026 1ª Readequação do Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - Exercício 2026.

O Corpo de Bombeiros apresentou os resultados das ações de combate a incêndios florestais em 2025 e solicitou a manutenção do apoio financeiro para brigadistas e aquisição de equipamentos em 2026, ainda foi discutido ajustes em projetos ambientais, manutenção de sistemas de monitoramento e fortale-



cimento dos Comitês de Bacia, reforçando a importância da gestão estratégica dos recursos hídricos.

A FAET através do departamento técnico reafirma o compromisso da Federação com a segurança jurídica, a sustentabilidade e a proteção dos produtores rurais do Tocantins.

06
FEVEREIRO

199ª Reunião Ordinária da da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA

A FAET participou, no dia 06 de fevereiro de 2026 da 199ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos - CTPAJ do COEMA/TO, em pauta, foram deliberadas a matéria sobre a análise do Sumário de Salvaguardas do Programa Jurisdicional de REDD+ do Tocantins, documento que demonstra como o Estado do Tocantins cumpre as salvaguardas internacionais de Cancún.

Durante a reunião, houve exposição técnica detalhada sobre os fundamentos jurídicos e institucionais do programa, incluindo sua compatibilidade com a legislação nacional, estadual e os padrões

internacionais de certificação de créditos de carbono.

A Câmara aprovou o Parecer Jurídico nº 01/2026/COEMA/CTPAJ, que concluiu pela regularidade do Sumário, com o seguinte resultado: **5 votos favoráveis, 0 votos contrários e 1 abstenção.**

A FAET por sua vez se mantém até o momento contrário ao Programa Jurisdicional de REDD + do Tocantins, abstendo-se da votação.

Com aprovação pela maioria dos membros, o sumário seguirá para deliberação em Plenária do COEMA/TO.

24
FEVEREIRO

24ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda do Tocantins - CETER

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins - FAET, participou da 24ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda - CETER, colegiado responsável por deliberar sobre políticas públicas voltadas à geração de emprego, qualificação profis-

sional e gestão dos recursos destinados ao Sistema Nacional de Emprego - SINE no Estado. O encontro reuniu representantes do Governo, trabalhadores e empregadores para avaliar relatórios de gestão e analisar o cenário atual do mercado de trabalho tocantinense.



Durante a apresentação dos números do CAGED referentes a 2025, foram discutidas quedas no saldo de empregos formais em meses tradicionalmente marcados por maior circulação econômica, como julho, novembro e dezembro, além da baixa aderência de jovens às vagas ofertadas.

Representando o setor produtivo rural, a **FAET defendeu o aprofundamento técnico na análise dos dados de empregabilidade no Estado, com a proposta de contratação de consultoria especializada para mapear os fatores que influenciam a ocupação das vagas, a queda nos postos de trabalho e a baixa adesão dos jovens às oportunidades disponíveis.** A compreensão qualificada desses fenômenos é

essencial para enfrentar impactos diretos na produtividade e na competitividade do setor agropecuário.

Entre os principais encaminhamentos da reunião, foram aprovados os relatórios de gestão dos Planos de Ações e Serviços (PAS), que tratam da manutenção das unidades do SINE e do assessoramento estatístico.

Nesse sentido, a FAET reafirma seu interesse estratégico em apoiar iniciativas que promovam a formação de mão de obra qualificada, ampliem a empregabilidade no campo e fortaleçam a geração de emprego e renda no Tocantins.



A FAET participou, no dia **25 de fevereiro de 2026**, da reunião do **Comitê Estadual do Fogo**, realizada por videoconferência, que reuniu representantes de órgãos esta-

duais, federais e instituições parceiras para discutir o **Plano de Trabalho de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais no Tocantins para 2026**.

Durante o encontro, foram apresentados os resultados das ações realizadas no ano anterior, com destaque para a **redução de 35% nos registros de queimadas** no estado e a formação de **1.022 brigadistas municipais**, fruto da atuação integrada entre cerca de **30 instituições no combate aos incêndios florestais**.

A reunião também discutiu as estratégias para o próximo período de estiagem em 2026, incluindo campanhas educativas, capacitação de brigadistas, monitoramento de focos de calor, operações de fiscalização e ações de combate aos incêndios florestais.

Entre as propostas debatidas, destacou-se a possibilidade de ampliar o plano de trabalho para incluir **ações de recupe-**

ração ambiental após os incêndios, como reflorestamento e recuperação de áreas degradadas.

Representando a FAET, o assessor jurídico Fabriel Wanderlei reforçou o compromisso do setor produtivo com a prevenção das queimadas ilegais e destacou as ações de conscientização realizadas junto aos produtores rurais, incluindo cursos, oficinas e materiais educativos elaborados pelo Sistema FAET/SENAR.

Vale destacar que a participação da FAET no Comitê do Fogo fortalece o diálogo entre o setor agropecuário e os órgãos ambientais, contribuindo para a construção de soluções que conciliam **produção rural, responsabilidade ambiental e segurança jurídica no campo**.

26

FEVEREIRO

Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura (CNA)

A primeira reunião de 2026 da Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura da CNA reforçou a necessidade de atuação estratégica diante de desafios regulatórios e comerciais que impactam diretamente a competitividade do setor florestal brasileiro.

O principal ponto de atenção foi a proposta da Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) de classificação de espécies exóticas como invasoras, o que gerou forte mobilização do setor. Espécies de relevância econômica, como eucalipto e pinus, podem ser afetadas, com potenciais impactos sobre o licenciamento ambiental e a segurança jurídica da atividade. Como resultado da articulação institucional, algumas espécies foram retiradas para reavaliação técnica, enquanto a CNA intensifica a elaboração de posicionamentos para defesa das demais.

No cenário internacional, o setor acompanha com cautela os desdobramentos

do acordo Mercosul-União Europeia, especialmente diante da previsão de salvaguardas que podem restringir o acesso ao mercado. Também permanecem no radar as políticas comerciais dos Estados Unidos, com possíveis impactos decorrentes de investigações tarifárias e critérios ambientais.

Em relação à agenda interna, foram destacadas prioridades estratégicas para 2026, incluindo o fortalecimento da heveicultura, o desenvolvimento de indicadores de mercado para produtos florestais, a melhoria da comunicação setorial para enfrentamento de percepções equivocadas e o reforço das ações de prevenção a incêndios.

A reunião evidencia o esforço do setor em equilibrar competitividade, sustentabilidade e segurança regulatória, consolidando a silvicultura como um segmento estratégico para a economia e para a agenda ambiental brasileira.



27
FEVEREIRO

Reunião do Grupo Gestor do Plano ABC+ no Tocantins

ML

A reunião do Grupo Gestor do Plano ABC+ no Tocantins, realizada em 27 de fevereiro de 2026, marcou um momento estratégico de articulação institucional, com foco na contribuição direta do estado para o Plano Safra 2026/2027 e na finalização do Plano ABC+ estadual.

Pela primeira vez, o Ministério da Agricultura solicitou que os grupos gestores estaduais apresentassem propostas voltadas à sustentabilidade dentro do Plano Safra. A orientação foi que as instituições construam suas contribuições com base no Manual de Crédito Rural (MCR), contemplando desde a inclusão de tecnologias até ajustes em práticas sustentáveis. O grupo optou por envios individualizados, garantindo que demandas específicas de cada cadeia produtiva sejam contempladas com maior precisão técnica.

Paralelamente, o Plano ABC+ Tocantins avança para sua etapa final de publicação. Entre as inovações, destaca-se a criação

de um anexo de pesquisas, reunindo projetos desenvolvidos por instituições como a Embrapa e universidades, com o objetivo de aproximar a produção científica da aplicação prática no campo.

A reunião também promoveu ajustes operacionais, como a adoção de novos canais de comunicação para maior eficiência no fluxo de informações e o reforço das regras de participação dos membros.

Como encaminhamentos, foram definidos o prazo para envio das propostas ao Plano Safra, a consolidação do levantamento de pesquisas para o plano estadual e a realização da próxima reunião durante a Agrotins, junto ao Fórum de Agricultura Sustentável do Tocantins.

O alinhamento reforça o protagonismo do estado na construção de políticas públicas voltadas a uma agropecuária mais sustentável, eficiente e conectada às demandas nacionais.

03 MARÇO **05** MARÇO

II Conferência Nacional do Trabalho

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins – FAET participou da Etapa Nacional da II Conferência Nacional do Trabalho, realizada de 03 a 05 de março de 2026, em São Paulo – SP. A entidade integrou a delegação da bancada dos empregadores do Tocantins, juntamente com a FIETO, a FECOMÉRCIO e o SINDESSTO.

A presença da comitiva tocantinense representou a participação do setor

produtivo do estado no diálogo tripartite sobre políticas de trabalho, reunindo representantes do governo, empregadores e trabalhadores para debater diretrizes voltadas à promoção do emprego e do trabalho decente diante das transformações do mundo do trabalho.

A FAET atuou em alinhamento com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, que integra, juntamente



com as demais confederações patronais nacionais e suas respectivas federações, a representação dos empregadores na Conferência Nacional do Trabalho.

Foram consolidadas 56 propostas para a etapa nacional, provenientes das conferências estaduais, distribuídas para debate em oito Grupos Temáticos antes da deliberação final em plenária realizada no dia 05/03.

No dia 03, os 672 delegados participaram da Plenária Solene de Abertura, onde foi apresentado o regulamento da etapa nacional e a sistematização das propostas provenientes das etapas estaduais. Na sequência, foi apresentado um painel sobre o cenário atual do mercado de trabalho brasileiro, incluindo a apresentação do diagnóstico de trabalho decente elaborado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, seguido de manifestações de representantes das três bancadas.

No dia 04 pela manhã, as bancadas realizaram reuniões de alinhamento estratégico, momento destinado à organização das posições institucionais antes do início dos debates temáticos. No período da tarde, ocorreram simultaneamente os oito Grupos Temáticos da conferência, distribuindo entre eles os 672 delegados participantes.

No dia 05, a Plenária Final reuniu todos os delegados para a apreciação e votação das 17 propostas aprovadas e encaminhadas pelos Grupos Temáticos, a qual foram votadas como consenso geral entre todas as bancadas e aprovadas 10 propostas, marcando o encerramento da conferência e a consolidação dos encaminhamentos que deverão orientar a formulação de futuras políticas públicas nacionais do trabalho.

A FAET acompanhou os debates contribuindo com a visão do setor produtivo rural e **reafirma seu compromisso permanente com a defesa dos interesses do produtor rural empregador tocantinense**, atuando para que as decisões e encaminhamentos nacionais considerem a realidade do campo.

Confira [aqui](#) e leia as dez propostas aprovadas na II Conferência Nacional do Trabalho.

03
MARÇO

17
MARÇO

64ª e 65ª Reuniões Ordinárias da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/TO.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins – FAET, participou da 64ª e da 65ª Reuniões Ordinárias da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CTPAJ/CERH), realizadas, respectivamente, nos dias 03 e 17 de março do corrente ano.

Na 64ª reunião, foi realizado o sorteio do processo referente à instituição da Agência Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso, ocasião em que a FAET, por meio de seu assessor jurídico, Fabriel Wanderlei, foi designada como relator da matéria.

Já na 65ª reunião, foi apresentado o parecer jurídico elaborado pela FAET, com exame da conformidade da proposta com a Lei Federal nº 9.433/1997 – **Política Nacional de Recursos Hídricos** e à Lei Estadual nº 1.307/2002 – **Política Estadual de Recursos Hídricos**. Após discussão jurídica, o processo foi submetido à votação, sendo aprovado no âmbito da Câmara Técnica Jurídica.

Além disso, na mesma reunião, também foram analisadas e aprovadas as metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

– PROGESTÃO, referentes ao exercício de 2025.

As matérias apreciadas na Câmara Técnica Jurídica foram posteriormente submetidas ao plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/TO, sendo aprovadas na 62ª Reunião Ordinária, realizada no dia 25 de março.

Destaca-se que a Agência Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso configura a primeira agência de bacia hidrográfica instituída no Estado do Tocantins e em toda a região Norte do país, representando importante avanço na governança dos recursos hídricos no Estado do Tocantins.

12
MARÇO

08
ABRIL

Campanha Nacional de Promoção do Produto Orgânico (CPORG/CNPOrg)

As reuniões realizadas em março e abril de 2026, com coordenadores e representantes das Comissões de Produção Orgânica (CPORGs), marcaram a mobilização nacional para a Campanha de Promoção do Produto Orgânico 2026, com foco no fortalecimento da identidade do setor e na ampliação do reconhecimento junto ao consumidor.

No primeiro encontro, foram debatidas a identidade visual e a estratégia de comunicação da campanha. Houve consenso sobre a manutenção de uma marca fixa e contínua, voltada ao consumidor final, com ações de diferenciação do produto orgânico em relação a outros sistemas produtivos e de valorização dos seus benefícios à saúde e ao meio ambiente. Também foi destacada a necessidade de fortalecimento das CPORGs estaduais, especialmente nas unidades federativas com comissões desmobilizadas ou com mandatos vencidos, buscando garantir maior capilaridade e efetividade das ações ao longo do ano.

Na reunião seguinte, foi apurada a votação para a escolha do slogan da campanha. Após a consolidação dos votos — com critério de um registro por

estado e descarte de duplicidades —, o slogan vencedor foi "*Produto Orgânico: Saúde no Campo e na Mesa*", considerado representativo por contemplar tanto a dimensão da produção quanto a da saúde do consumidor. Na mesma ocasião, avançou-se no debate sobre a carta política a ser entregue às autoridades no dia do lançamento, a qual deverá incorporar demandas atualizadas da sociedade civil sobre temas como bioinsumos, PRONARA, agroecologia e legislação do setor. O documento será construído de forma colaborativa por um grupo de trabalho ampliado, com prazo de entrega até 30 de abril.

O lançamento oficial da campanha está previsto para a semana de 24 a 30 de maio, em Brasília, com proposta de protagonismo dos produtores, integração institucional e ações de visibilidade junto à imprensa, autoridades e público. A mobilização reforça a importância da articulação entre governo e sociedade civil para o fortalecimento da produção orgânica no Brasil, ampliando sua presença no mercado e consolidando sua relevância para a sustentabilidade e a segurança alimentar.

18
MARÇO

Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas (CNA)

A reunião extraordinária da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da CNA evidenciou os principais desafios enfren-

tados pelo agro brasileiro em um cenário de alta volatilidade econômica e pressão nas relações comerciais internacionais.

O aumento expressivo no preço do diesel, impulsionado pelo cenário externo, foi um dos temas centrais. Apesar da desoneração de PIS/COFINS ter gerado alívio parcial, o setor ainda enfrenta entraves relacionados ao ICMS estadual e à dependência do combustível importado, o que mantém a preocupação com os custos de produção.

Outro ponto de destaque foi a insatisfação dos produtores em relação à cobrança de royalties de biotecnologia, marcada por questionamentos sobre transparência, eficiência das tecnologias e critérios de cobrança. Como encaminhamento, foi definida a criação de um grupo de trabalho para consolidar as demandas e estruturar uma posição nacional.

No comércio exterior, a intensificação das exigências fitossanitárias por parte da

China acendeu um alerta para possíveis impactos na exportação de soja, especialmente quanto à presença de impurezas nos carregamentos e à necessidade de maior rigor na classificação dos grãos.

Diante desse cenário, foram definidos encaminhamentos estratégicos voltados à fiscalização de preços de combustíveis, organização do debate sobre royalties, fortalecimento da atuação institucional e capacitação dos produtores quanto às exigências legais.

A reunião reforça a necessidade de atuação coordenada para garantir a competitividade do agro brasileiro, aliando eficiência produtiva à segurança jurídica e à defesa comercial.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

- 1981 - PNMA** (Lei nº 6.938/1981)
- 1986** (Res. 01 - CONAMA)
- 1998** (Lei das Crimes Ambientais)
- 2011** (Lei Complementar 140)
- 2021** (PL 1.779/2004 e PL 2.159/2011)
- 2026** (Em tramitação em vigor em 4 de fevereiro)

Resoluções CONAMA

- 302/02 (APP)
- 303/02 (APP)
- 304/02 (Reserva)
- 312/02 (Cadastro Ambiental)
- 429/11 (APP)
- 501/06 (APP)

18 MARÇO Comissão Nacional de Meio Ambiente (CNA)

A reunião extraordinária da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CNA reforçou o papel estratégico das federações estaduais na consolidação das recentes mudanças na legislação ambiental, destacando a necessidade de atuação coordenada para garantir segurança jurídica ao produtor rural.

Um dos principais avanços discutidos foi a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei 15.190/2025), especialmente o Artigo 9º, que estabelece a dispensa de licenciamento para grande parte das atividades agropecuárias. Apesar do ganho em simplificação, o ponto de atenção está

na regulamentação estadual, que definirá critérios de enquadramento e poderá impactar diretamente a efetividade da norma.

Outro tema relevante foi a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, com ênfase na atuação da CNA para evitar a imposição de responsabilidades desproporcionais ao produtor rural. A discussão destacou a importância de construção de regras realistas, com participação do setor, evitando que produtores sejam responsabilizados por incêndios externos às suas propriedades.

Como encaminhamentos, foram definidos o fortalecimento da comunicação com as federações, a realização de uma reunião específica sobre manejo do fogo, o apoio técnico aos estados na regulamentação e a ampliação dos canais diretos de suporte para esclarecimento de dúvidas.

A reunião evidencia que, mais do que avanços legislativos, o momento exige articulação institucional para assegurar a aplicação equilibrada das normas ambientais, garantindo competitividade e sustentabilidade ao agro brasileiro.



20
MARÇO

2ª reunião do Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Côco e Caiapós

A participação da FAET na 2ª reunião do Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Côco e Caiapós, em Araguacema, foi um passo estratégico para consolidar a influência do setor produtivo na gestão dos recursos hídricos do Tocantins. Ao articular a presença dos sindicatos rurais de Marianópolis, Paraíso, Divinópolis, Abreulândia e Barrolândia, a Federação garantiu que a voz do campo fosse protagonista na aprovação do regimento interno e na composição oficial do colegiado. Essa mobilização é funda-

mental para assegurar que as normas de uso da água não apenas promovam a sustentabilidade ambiental, mas também respeitem a viabilidade econômica e as necessidades reais de quem produz. Ao ocupar esses espaços de decisão, a FAET atua diretamente na segurança jurídica do produtor e no equilíbrio entre os diferentes usuários da bacia, transformando a gestão de recursos naturais em uma agenda de desenvolvimento organizado e proteção ao patrimônio rural.

24
MARÇO

200ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos - CTPAJ do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins – FAET participou da 200ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos - CTPAJ do Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, realizada no dia 24 de março de 2026.

Durante a reunião, foram analisadas aptidão dos municípios de **Porto Nacional,**

Palmas e Gurupi para exercer o licenciamento ambiental de atividades de impacto local, nos termos da Resolução COEMA nº 91/2019.

A Câmara Jurídica reconheceu a aptidão dos municípios, condicionando sua manutenção à apresentação, no prazo de 90 dias, de plano de trabalho para integração

dos sistemas municipais ao sistema estadual de licenciamento ambiental.

Outro ponto de pauta foi a análise de recurso administrativo relacionado a auto de infração ambiental lavrado pelo Naturatins. A Câmara reconheceu, de ofício, a ocorrência de prescrição intercorrente, em razão da paralisação do

processo por período superior ao previsto na legislação.

Como encaminhamento, às decisões em sede de câmara técnica de assuntos jurídicos, serão remetidos à plenária do COEMA.

25
MARÇO

Oficina de atualização do PPCDIF/TO voltada ao setor produtivo

A participação do Sistema FAET/Senar na oficina de atualização do Plano de Prevenção e Combate aos Desmatamentos e Incêndios Florestais do Tocantins (PPCDIF 2026–2030) consolidou o protagonismo do produtor rural na construção de políticas ambientais que impactam diretamente a viabilidade do campo. Ao sediar o debate promovido pela Semarh, a FAET assegurou que as estratégias estaduais para os próximos cinco anos considerem a realidade prática de quem produz, defendendo que o desenvolvimento sustentável ocorra por meio da desburocratização do desmatamento legal e do apoio efetivo ao produtor no combate ao fogo.

As discussões centraram-se na modernização da resposta aos incêndios, com foco na formação de brigadas particulares, uso de tecnologia — como conectividade via satélite para monitoramento em tempo real — e a mecanização do

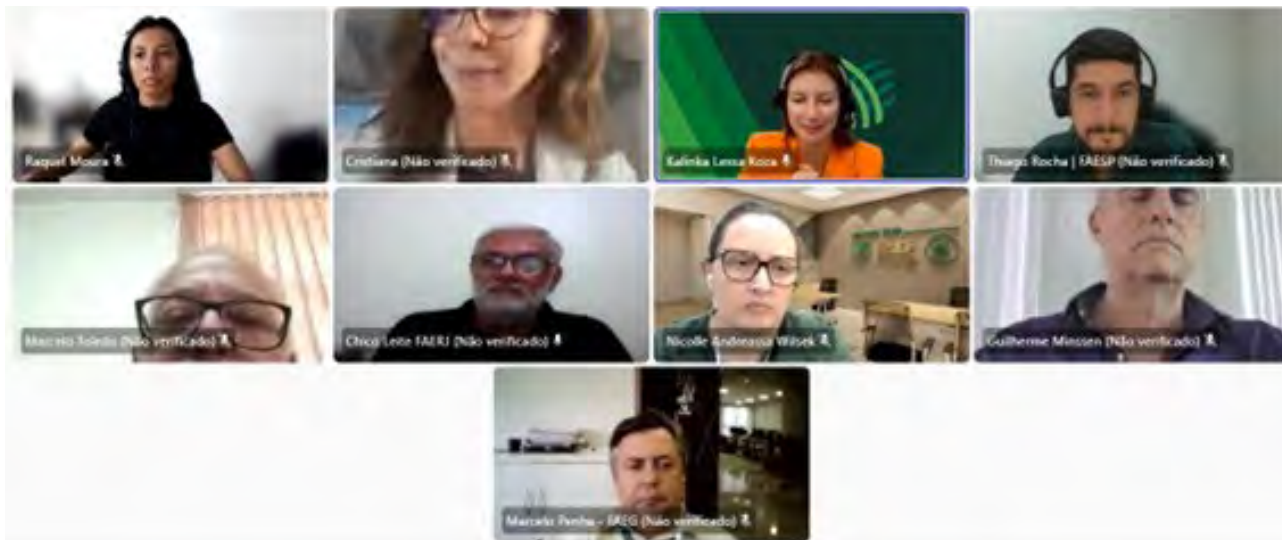
controle do fogo para reduzir a dependência de mão de obra manual. O setor produtivo pautou a necessidade de uma governança mais ágil, criticando a morosidade na liberação de recursos emergenciais e a falta de integração entre dados ambientais e fundiários. Entre as diretrizes estratégicas, destacou-se a proposta de vincular o acesso ao crédito rural a boas práticas de prevenção e capacitação técnica, além da urgência em regulamentar a Lei Estadual nº 4.813/2025 de forma justa, garantindo que a responsabilidade sobre incêndios seja apurada com critérios técnicos. Para o Sistema FAET, a agenda reforçou que a eficácia das políticas públicas para o período 2026–2030 depende da adaptação das normas à realidade do produtor, transformando o combate aos crimes ambientais em uma ação conjunta que preserve a segurança jurídica e a rentabilidade do agronegócio tocantinense.

26
MARÇO

Reunião da Comissão Nacional de Equideocultura (CNA)

A participação da FAET na reunião se mostra estratégica e necessária diante do momento de transformação e organização da cadeia produtiva de equídeos no Brasil. Ao acompanhar e contribuir ativamente nas discussões, a Federação fortalece sua atuação institucional, garantindo que as demandas do Tocantins e da região Norte sejam consideradas em decisões nacionais, especialmente em temas como rastreabilidade, trânsito animal e sanidade.

Entre os principais pontos abordados, destacam-se os avanços no passaporte equestre, que tende a reduzir custos, aumentar a segurança sanitária e facilitar o trânsito de animais; a estruturação do Centro de Excelência em Zootecnia do Senar, voltado à capacitação técnica da cadeia; e a proposta de regulamentação da produção e comercialização de material genético por meio da Unidade de Reprodução de Equídeos (URE), que busca reduzir a informalidade e adequar a legislação à realidade do campo.



Também foram discutidos desafios relevantes, como o desabastecimento de vacinas contra influenza equina, com medidas emergenciais já em andamento, além de pautas estruturantes como exportações, bem-estar animal, antidopagem e entraves tributários no trânsito interestadual.

Nesse contexto, a presença da FAET é fundamental para antecipar tendências, influenciar decisões e posicionar o estado de forma competitiva, assegurando que produtores locais tenham acesso às inovações, segurança jurídica e melhores condições de produção e comercialização.



27
MARÇO

Reunião Ordinária da Câmara Setorial do Leite

A reunião evidenciou um momento crítico e, ao mesmo tempo, estratégico para a cadeia do leite no Tocantins, marcado por desafios estruturais — especialmente relacionados à tributação (ICMS), desorganização da base produtiva e dificuldades enfrentadas por produtores e laticínios — e pela necessidade urgente de articulação institucional. Nesse contexto, a participação da FAET se mostra fundamental, não apenas como entidade representativa, mas como agente coordenador capaz de integrar diferentes instituições, organizar demandas e trans-

formar discussões em encaminhamentos práticos.

De forma mais objetiva, a reunião teve como foco a reorganização da Câmara Setorial do Leite, com a atualização dos membros, reestruturação dos grupos de trabalho e revisão do plano de ação para 2026, dividido em quatro eixos principais: biossegurança e legislação, extensão rural, educação e dados. A proposta central foi tornar os grupos mais ativos e funcionais, com participação efetiva das instituições e geração de encaminha-



ações de assistência técnica e propostas de valorização da produção local, demonstrando que há caminhos viáveis quando há coordenação.

Outro ponto sensível foi a fragilidade na base do sistema, especialmente na inspeção sanitária municipal e na informalidade da produção, o que reforça a necessidade de integração com áreas como saúde pública e vigilância sanitária — lacuna ainda existente na estrutura da Câmara.

mentos concretos, ao invés de apenas debates.

Também foram destacados entraves relevantes, como a falta de avanço nas discussões sobre a equiparação do ICMS do leite — que impacta diretamente a competitividade do setor — e a dificuldade crescente dos produtores em permanecer na atividade, seja por falta de mão de obra, baixa rentabilidade ou insegurança de mercado. Ao mesmo tempo, surgiram iniciativas positivas, como projetos de melhoramento genético via embriões,

Diante desse cenário, a FAET assume papel central ao liderar a organização dos trabalhos, provocar as instituições, estruturar os grupos e buscar soluções conjuntas, seja na articulação política (como no caso do ICMS), na captação de recursos ou na integração entre assistência técnica, pesquisa e mercado. Sua presença garante direção, continuidade e força institucional para que as demandas do setor saiam do campo das discussões e avancem para resultados concretos, fortalecendo toda a cadeia produtiva do leite no estado.

31
MARÇO

Reunião sobre a APA Foz do Rio Santa Teresa

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET) participou, no dia 31 de março, de reunião institucional realizada no município de Peixe/TO para tratar da formação do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Foz do Rio Santa Teresa. O encontro foi promovido pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) e reuniu representantes de diversos segmentos diretamente envolvidos com a unidade de conservação.

Além da FAET, participaram da reunião entidades representativas do setor produtivo, como o Programa Novilho Precoce, a Aprosoja Tocantins, o Sindicato Rural de Peixe, bem como produtores rurais da região, muitos deles diretamente impactados pelas regras e limitações decorrentes da APA. A presença dessas instituições reforça a mobilização do setor agropecuário em acompanhar de

forma ativa a construção da governança da unidade.

O encontro contou ainda com a participação de representantes do poder público, incluindo órgãos ambientais e instituições governamentais, evidenciando o caráter participativo e multisetorial do processo de estruturação da APA.

Durante a reunião, foram apresentados aspectos gerais da unidade de conservação, seus objetivos, diretrizes de gestão e a importância da constituição do conselho como instância de diálogo entre sociedade civil e poder público. O conselho terá papel fundamental no acompanhamento da gestão da APA, especialmente no que se refere à elaboração do plano de manejo, zoneamento e definição de diretrizes para o uso sustentável da área.



Como encaminhamento, ficou deliberado que, no mês de abril, será publicado edital de chamamento público para o cadastramento de entidades interessadas em compor o Conselho Consultivo da APA da Foz do Rio Santa Teresa. A medida visa garantir transparência e ampla participação dos diversos segmentos sociais e institucionais envolvidos.

A FAET destaca a relevância da participação do setor produtivo nesse processo, reafirmando seu compromisso com a construção de soluções que conciliem a preservação ambiental com o desenvolvimento sustentável e a segurança jurídica no campo.

31
MARÇO

43ª reunião ordinária da Câmara Setorial da Piscicultura

A reunião da Câmara Setorial da Piscicultura do Tocantins não apenas apresentou o cenário atual da atividade, mas definiu encaminhamentos práticos que orientarão as ações imediatas do setor em 2026. Entre as prioridades, destaca-se a continuidade da articulação para aprovação do projeto de lei da política estadual da pesca e aquicultura, visando garantir segurança jurídica e atrair investimentos. Paralelamente, será dado andamento à estruturação do frigorífico estadual e à implantação de um centro de capacitação, com foco na

profissionalização dos produtores e no fortalecimento da cadeia produtiva.

No curto prazo, também serão executadas ações técnicas e estruturantes, como a realização de workshops mais práticos sobre licenciamento ambiental e acesso ao crédito, o terceiro simpósio de sanidade, além da organização de atividades durante a Agrotins. Outro ponto central será o início do censo da piscicultura, com coleta de dados em campo ainda em 2026, permitindo planejamento mais assertivo para os próximos anos.



No âmbito produtivo e de mercado, ficou definido o avanço em estratégias para melhorar a comercialização, especialmente para pequenos e médios produtores, com foco em organização coletiva, incentivo ao cooperativismo e, principalmente, na industrialização do pescado para agregação de valor e ampliação de mercados. Também haverá mobilização para discutir medidas regulatórias frente à importação de peixes e questões sanitárias.

Nesse contexto, a FAET terá papel estratégico na articulação dessas ações, atuando na defesa dos produtores, no apoio à construção de propostas legislativas e no acompanhamento das políticas públicas, garantindo que os encaminhamentos definidos sejam efetivamente implementados e tragam resultados concretos ao setor produtivo.

FAET elabora relatório técnico para fortalecer defesa dos produtores rurais do Bico do Papagaio

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins (FAET) elaborou relatório técnico para subsidiar ação civil pública **relacionada à proposta de criação** da Área de Proteção Ambiental - APA e do Monumento Natural do Bico do Papagaio.

O relatório foi desenvolvido com foco na **defesa dos produtores rurais** da região do Bico do Papagaio, especialmente nos **municípios** de Buriti do Tocantins, Esperantina e São Sebastião do Tocantins.

O trabalho foi desenvolvido pela Diretoria Técnica da entidade, responsável pelo

levantamento e sistematização de dados sobre **Cadastro Ambiental Rural (CAR), efetivo de rebanhos, área plantada, cadeias produtivas e volume de produção.**

O relatório demonstra que a região possui ocupação rural consolidada, forte presença da agropecuária e relevante utilização produtiva do território. A conclusão técnica aponta que eventuais restrições incidentes sobre essas áreas podem gerar reflexos diretos sobre a produção rural e a dinâmica econômica local. [Clique aqui](#) e **leia o relatório na íntegra.**

Nota Técnica sobre Manual de Danos Ambientais do Conselho Nacional de Justiça - CNJ

A Federação da Agricultura e Pecuária do Tocantins (FAET) publicou nota técnica com orientações sobre o **Manual Simplificado de Quantificação de Danos Ambientais**, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A referida nota apresenta os principais parâmetros do manual, **que busca uniformizar critérios para mensuração do dano ambiental no âmbito do Poder Judiciário.**

A nota destaca os impactos práticos para a advocacia do setor produtivo

rural, especialmente na formulação de estratégias de defesa, produção de prova técnica e análise de metodologias de quantificação.

A FAET ressalta que o conhecimento desses referenciais é fundamental para fortalecer a segurança jurídica e garantir maior equilíbrio nas demandas ambientais envolvendo o setor agropecuário. [Clique aqui](#) e **leia a nota técnica na íntegra.**



FAET

Federação da Agricultura
e Pecuária – Tocantins

NA DEFESA DOS INTERESSES
DO PRODUTOR RURAL
TOCANTINENSE!



**FAET
SENAR
SINDICATOS**



www.
sistemafaetsenar.org.br
@ /SistemaFAETSenar

ACNO 1 Rua, NO 05, 38, Plano Diretor Norte, Palmas/TO - CEP 77001-020